



EDITAL

01.00 - PREÂMBULO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020

PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) Nº 001/2020 (COM UM LOTE EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI, E OUTROS LOTES DE AMPLA DISPUTA)

O Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe-PE, por ordem de sua Gestora a Sra. Cristiane da Silva Souza, brasileira, casada, portadora do RG nº 5303487 SSP-PE e do CPF nº 023.551.104-84, residente e domiciliada na Rua Francisco Antônio Aragão, nº485, São Cristóvão, Santa Cruz do Capibaribe – PE, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 017 de 21 de maio de 2010, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e respectivas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo “menor preço” **juízo por LOTE**, **tipo de disputa: aberta**, objetivando o registro formal de preços para eventual e futura contratação do objeto indicado no item 02.00 deste Edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (**internet**).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 13/08/2020 às 09h:00min	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 13/08/2020 às 10h:00min	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: Bolsa Nacional de Compras - BNC	
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bnc.org.br	
PREGOEIRO: Igor Bezerra Cavalcanti	E-MAIL: lctcidania@hotmail.com
TELEFONE: (81) 3731-3337 / (81) 3731-2982	
ENDEREÇO: Av. Padre Zuzinha, nº178, Centro / Santa Cruz do Capibaribe - PE	
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília/DF.	

OBSERVAÇÕES:

- Na hipótese de não haver expediente na data acima fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente no mesmo local e hora, salvo disposição em contrário.
- O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio dos recursos da tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.
- Para participar da licitação se faz necessário que o licitante esteja cadastrado junto à Bolsa Nacional de Compras – BNC.
- Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, credenciado na função de Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “BNC” constante na página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br), coordenadora do sistema.



02.00 - OBJETO

02.01 - Constitui objeto desta licitação o **Registro de Preços** visando à contratação de empresas para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios não perecíveis (**LOTE I**); perecíveis (**LOTE II**); hortifrutigranjeiros (**LOTE III**) e origem animal (**LOTE IV e V**), para atender as necessidades dos Programas da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social, conforme especificado e quantificado no Anexo V deste Edital.

02.01.01 – Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos da seguinte forma:

02.01.01.01 – LOTE IV (Cota Principal) – correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) das quantidades totais dos objetos do LOTE, destinados à participação de todos os interessados que atendam aos requisitos deste Edital.

02.01.01.02 – LOTE V (Cota Reservada) – correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades totais dos objetos do LOTE, reservada à participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Empresário Individual de responsabilidade limitada, se prejuízo de sua participação na cota principal, conforme determina o art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

02.01.01.03 – LOTES I, II e III – reservados à participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

02.02 – O objeto desta licitação deverá ser entregue parceladamente pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades variáveis solicitadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, devendo a entrega ser realizada no seguinte endereço: Av. Padre Zuzinha, nº178, Centro, Santa Cruz do Capibaribe – PE, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h00min às 12h00min.

03.00 - PRAZOS

03.01 - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir da data da sua apresentação, que ocorrerá no dia da sessão de abertura deste certame licitatório, suspendendo-se este prazo na hipótese de interposição de recurso administrativo até sua ulterior decisão.

03.02 - O prazo para execução do objeto desta licitação será de **06 (seis) meses**, contado a partir da data de assinatura do Contrato, observado o disposto no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

03.03 – A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) para assinar(em) o(s) instrumento(s) de Contrato, o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias** consecutivos, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, nos termos do Art. 64 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.



03.04 - O prazo para entrega do objeto licitado será de até **48 (quarenta e oito) horas**, contado da solicitação feita pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, através da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.

03.04.01 – A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) a este Edital, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado do recebimento da solicitação de troca.

03.05 – O prazo de validade dos produtos, não poderá ser inferior a **06 (seis) meses**, contado a partir da entrega dos respectivos produtos solicitados na Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho emitida pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe.

04.00 - RECURSOS FINANCEIROS

04.01 - As despesas com a execução do objeto desta licitação possui valor máximo total aceitável de R\$ 210.447,33 (duzentos e dez mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e três centavos).

04.02 - Os recursos alocados para a realização do objeto da presente licitação são oriundos das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Órgão: 02.00 Poder Executivo
Unidade: 02.15 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa: 04862 Assistência Social Geral
Ação: 289 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica
Natureza das despesas: 33903000 Material de Consumo
Fonte de Recurso: 311
Código reduzido: 864

Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social Casa de Acolhimento
Órgão: 02.00 Poder Executivo
Unidade: 02.15 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa: 04862 Assistência Social Geral
Ação: 290 Bloco de Proteção Social Especial de Média e Alta
Natureza das despesas: 33903000 Material de Consumo
Fonte de Recurso: 311
Código reduzido: 867



Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social

Órgão: 02.00 Poder Executivo
Unidade: 02.15 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa: 00202 Supervisão e Coordenação Superior
Ação: 281 Gestão Técnica e Administrativa do Fundo
Natureza das despesas: 33903000 Material de Consumo
Fonte de Recurso: 001
Código reduzido: 835

Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social
Programa Bolsa Família - IGD

Órgão: 02.00 Poder Executivo
Unidade: 02.15 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa: 04862 Assistência Social Geral
Ação: 292 Programa Bolsa Família - IGD
Natureza das despesas: 33903000 Material de Consumo
Fonte de Recurso: 311
Código reduzido: 846

Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social
Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Órgão: 02.00 Poder Executivo
Unidade: 02.15 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa: 04862 Assistência Social Geral
Ação: 289 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica
Natureza das despesas: 33903000 Material de Consumo
Fonte de Recurso: 311
Código reduzido: 864

Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social
Centro de Referência Especial de Assistência Social - CREAS

Órgão: 02.00 Poder Executivo
Unidade: 02.15 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa: 04862 Assistência Social Geral
Ação: 290 Bloco de Proteção Social Especial de Média e Alta
Natureza das despesas: 33903000 Material de Consumo



Fonte de Recurso: 311

Código reduzido: 867

**Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social
Programa Primeira Infância**

Órgão: 02.00 Poder Executivo

Unidade: 02.15 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 Assistência Social

Sub-Função: 243 Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 04832 Assistência ao Menor

Ação: 283 Programa Primeira Infância

Natureza das despesas: 33903000 Material de Consumo

Fonte de Recurso: 311

Código reduzido: 916

05.00 - COMPONENTES DESTE EDITAL

05.01 - Constituem anexos deste Edital e dele fazem parte integrante:

05.01.01 - Minuta da Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Fundo Municipal de Assistência Social e a(s) licitante(s) vencedora(s) (**Anexo I**);

05.01.02 - Minuta do Contrato a ser eventualmente firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social e a(s) licitante(s) vencedora(s) (**Anexo II**);

05.01.03 - Modelo da Proposta de Preços Final (**Anexo III**);

05.01.04 - Modelo de Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (**Anexo IV**);

05.01.05 - Termo de Referência (**Anexo V**);

05.01.06 - Modelo de Declaração de Mão-de-Obra de Menor (**Anexo VI**); e

05.01.07 - Modelo de Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais (**Anexo VII**).

06.00 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

06.01 - Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão e que atendam às exigências constantes neste Edital e nos seus Anexos, da seguinte forma:

06.01.01 - **LOTE IV: Cota Principal** que correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) da quantidade total dos itens, destinados à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste Edital.



06.01.02 – **LOTE V: Cota Reservada** que correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total dos itens, reservada à participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal, conforme determina o art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

06.01.03 – **LOTES I, II e III** – reservados à participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

06.02 - Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, as pessoas jurídicas que se enquadrarem em qualquer das exclusões estabelecidas nos incisos do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

06.03 - A participação no Pregão (eletrônico) dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, acompanhada dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

06.04 - Não poderão participar deste Pregão:

06.04.01 - Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pelo Município de Santa Cruz do Capibaribe;

06.04.02 - Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

06.04.03 – Empresas ou pessoas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública.

06.04.04 - Pessoas enquadradas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993.

06.04.05 - Pessoas físicas, as associações civis qualificadas ou não como OS (Organizações Sociais) ou OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), conforme Acórdão do Plenário do Tribunal de Contas da União nº 746/2014, e outras entidades que, em função de sua natureza jurídica, não podem executar o objeto da presente licitação.

06.04.06 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais em comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse em comum.

06.04.07 - Consórcio de empresa¹, qualquer que seja sua forma de constituição.

¹Considerando que a participação de empresas consorciadas nas licitações é um ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão Eletrônico em tela.



06.05 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

06.05.01 - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

06.05.02 - Nos LOTES exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

06.05.03 - Nos LOTES em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

06.05.04 - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

06.05.05 - Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

06.05.06 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

06.05.06.01 - A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá fazer a declaração, conforme o subitem anterior, mesmo que tenham restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal.

06.05.07 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

06.06 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em Lei e neste Edital.

07.00 - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE COMPRAS ELETRÔNICAS

07.01 - Para fins de participação neste pregão, os interessados deverão estarem credenciados junto à Bolsa Nacional de Compras - BNC.

07.02 - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senhas pessoais, obtidas junto ao provedor do sistema, no qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber todas as instruções detalhadas para sua correta utilização.



07.03 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

07.04 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

08.00 - COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

08.01 - A condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) e de Microempreendedores Individuais (MEI), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante:

I – Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

II – Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;

b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

d) Cópia do contrato social e suas alterações;

e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

08.02 - Os documentos relacionados no subitem 08.01, para efeito de comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderão ser substituídos pela **Certidão expedida pela Junta Comercial**, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103 do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Micro e Pequena empresa, vinculada à Presidência da República.

08.03 - As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

08.04 - Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado às Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais, o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, **a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



08.05 - A não-regularização da documentação, no prazo no subitem 08.04 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

09.00 - PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

09.01 - A licitante deverá encaminhar proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

09.02 - A proposta de preços será elaborada eletronicamente, com base nas condições definidas neste Edital, e deverá conter:

09.02.01 - Descrição do objeto da licitação, já contemplado no sistema.

09.02.02 - O valor global do LOTE que deseje concorrer, o qual deverá ser expresso em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

09.02.03 - Indicação da marca/fabricante dos produtos ofertados, a qual ficará vinculada.

09.03 - A proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem o licitante, sob pena de desclassificação da mesma.

09.04 - A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

09.04.01 - A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

09.05 - Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

09.06 - Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente registrada.

09.07 - O encaminhando de proposta de preços para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

09.08 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

09.09 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou desconexão.



09.10 - Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências deste Edital, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

10.00 - ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.01 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.02 - O Pregoeiro verificará as propostas de preços apresentadas, devendo ser desclassificadas as propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (Anexo V deste Edital).

10.03 - Também será desclassificada a proposta de preços que identifique o licitante.

10.04 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.05 - A não desclassificação inicial da proposta de preços não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.06 - O sistema ordenará automaticamente as propostas de preços classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.07 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

10.08 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.09 - O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL do LOTE**.

10.10 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.11 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.12 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 50,00 (cinquenta) reais**.

10.13 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



10.14 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.15 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.16 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.17 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.18 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema.

10.19 - Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.20 - Lances com mais de duas casas decimais após a vírgula deverão ser readequados, desconsiderando qualquer valor acrescido após a segunda casa decimal.

10.21 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.22 - Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

10.23 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.24 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.25 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.26 - O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.27 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta de preços.

10.28 - Em relação aos lotes não exclusivos para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema



identificará em coluna própria as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for de empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.29 - Nessas condições, as propostas de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.30 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.31 - Caso a Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte e o Microempreendedor Individual classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.32 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.33 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

10.34 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.35 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

10.35.01 - No país;

10.35.02 - Por empresas brasileiras; por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.35.03 - Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

10.36 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.37 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.



10.38 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.39 - O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.40 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11.00 - ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

11.01 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.02 - Será desclassificada a proposta de preços ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.03 - Considera-se inexequível a proposta de preços que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.04 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas de preços, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.05 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas de preços, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.06 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.07 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.08 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta de preços.



11.09 - Se a proposta de preços ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.10 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.11 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.12 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta de preços e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.13 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.14 - Nos LOTES não exclusivos para a participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, sempre que a proposta de preços não for aceita, e antes do Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.15 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta de preços, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11.16 - Os documentos relativos à habilitação, solicitados no item 12 deste Edital, (e quando a empresa se enquadrar no regime ME/EPP/MEI enviar também a documentação constante no item 08.00 deste Edital e a Declaração constante no ANEXO VII deste Edital), deverão enviados inicialmente via sistema.

11.17 - Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da data da sessão pública virtual, juntamente com a proposta de preços final, para à Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social, situada na Av. Padre Zuzinha, nº178, Centro, nesta cidade, CEP:55192-000.

11.18 - A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no subitem acima.

11.19 - O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 24 deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta de preços ou o lance subsequente.

12.00 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.01 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta de preços classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



12.01.01 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

12.01.02 - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

12.01.03 - Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no endereço eletrônico <https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/declaracao-de-inidoneidade>;

12.02 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.03 - Para fins de habilitação a este Pregão, deverão as licitantes interessadas apresentar os seguintes documentos:

12.03.01 - Documentação relativa à Habilitação Jurídica:

12.03.01.01 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

12.03.01.02 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, **o ato constitutivo e/ou a alteração social consolidada** devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

12.03.01.03 - Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; e

12.03.01.04 - Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.03.02 - Documentação relativa à Qualificação Técnica:

12.03.02.01 - Comprovante de desempenho de atividade da empresa licitante, através de Atestado ou Certidão, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante fornecido a qualquer tempo, ou estar fornecendo satisfatoriamente o objeto da licitação, comprovando a boa qualidade do fornecimento.

12.03.02.02 - Comprovante do registro perante o Departamento de Inspeção de Origem Animal – DIPOA (art. 53, Decreto Federal nº. 30.691/52).

12.03.02.02.01 - A(s) licitante(s) que não estive(rem) obrigada(s) a registro perante o DIPOA, em substituição ao registro fica(m) obrigada(s) a fazer prova de estar(em) relacionada(s) junto aquele órgão (§ 2º do art. 53, Decreto Federal nº. 30.691/52).



12.03.02.02.02 - O documento exigido no subitem 12.03.02.02 deste Edital poderá ser substituído pelo comprovante de registro perante a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO, conforme art. 3º da Lei Estadual nº 10.692/91 e da Portaria ADAGRO nº 058, de 26/09/2017, no caso de empresa localizada no Estado de Pernambuco. Para empresas sediadas em outro Estado, deverá ser apresentado registro conforme legislação vigente de cada Estado.

12.03.02.03 - Certificado de Inspeção Sanitária (Decreto Federal nº 15.839/92) expedido por órgão municipal, estadual ou federal da sede da licitante.

12.03.02.04 - Declaração de possuir caminhões que atendam a demanda dos alimentos perecíveis, ou seja, caminhões fechados, isotérmicos, refrigerado a 4º a 6º C, congelado -18º C a -12ºC, providos de termômetro adequado e de fácil leitura, em perfeito estado de conservação e higiene, para alimentos perecíveis.

12.03.02.05 - A apresentação dos documentos exigidos nos subitens 12.03.02.02 e 12.03.02.04 só será exigida para a(s) licitante(s) que ofertar(em) preços para os Lote (IV e V)

12.03.03 - Documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.03.03.01 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

12.03.03.02 - Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da **Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União**, a qual engloba também os Tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, sendo que essa pode ser retirada através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

12.03.03.03 - Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.03.03.04 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

12.03.03.05 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.03.04 - Documentação relativa ao Cumprimento do inc. XXXIII do Art. 7º da C.F.:



12.03.05.01 - Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

12.04 – Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos exigidos neste Pregão.

12.05 - A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o Fundo Municipal de Assistência Social convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

12.06 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.07- A licitante que deixar e apresentar quaisquer documentos exigidos para habilitação, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidade, que não possa ser sanada por meio eletrônico (documentos de internet) será inabilitada.

12.08 - Nos LOTES não exclusivos a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.09 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou em cópia, desde que autenticada por Tabelião de Notas ou por publicação em órgão de imprensa oficial ou em cópia simples, desde que acompanhada dos originais para conferência e autenticação pelo Pregoeiro.

12.10 - Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

12.10.01 - Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.11 - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

12.11.01 - Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

13.00 - ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA (FINAL)



13.01 - A proposta final do licitante declaro vencedor, deverá ser encaminhada inicialmente para o endereço de e-mail: lctcidadania@hotmail.com, prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro, e posteriormente deverá ser encaminhada a via original, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da data da sessão pública virtual, para à Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social, situada na Av. Padre Zuzinha, nº178, Centro, nesta cidade, CEP: 555192-000.

13.02 - A proposta final deverá ser redigida no idioma português, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, impressa em papel timbrado da licitante, por qualquer processo eletromecânico ou eletrônico, rubricada em todas as folhas, devendo a última ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou procurador detentor de instrumento de mandato que lhe confira poderes para tal, devendo conter as seguintes indicações:

13.02.01 - O prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contado a partir da data da sessão de abertura deste Pregão.

13.02.02 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme subitem 03.02 deste Edital;

13.02.03 - O prazo de entrega do objeto licitado, conforme subitem 03.04 deste Edital;

13.02.04 - Os preços unitários e preço total de para cada item que compõe o LOTE, de acordo com o lance ofertado, devendo as especificações, unidades e quantidades dos mesmos estarem rigorosamente idênticas às constantes do **Anexo V** deste Edital, Ressalte-se que para os LOTES I, II, IV e V) também é necessário informar a marca dos produtos ofertados.

13.02.05 - Os valores informados deverão estar em algarismo arábicos e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$).

13.02.06 - Os preços unitários deverão conter todos os custos que incidam direta ou indiretamente na contratação em questão.

13.02.07 - Indicar o número desta licitação e conter o nome comercial da licitante, o CNPJ, o número de telefone, o e-mail e o respectivo endereço com CEP.

13.02.08 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.02.09 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e no momento de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.02.10 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

13.02.11 - Não serão aceitos, quando da readequação dos preços, que estes se apresentem superiores àqueles inicialmente ofertados em sua proposta contada no registro do pregão.



14.00 - RECURSO

14.01 - Declarado o vencedor para cada LOTE, e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.02 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.03 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.04 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

14.05 - Uma vez admitido o recurso, o Recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do Recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.06 - Os memoriais de recurso e de contrarrazões poderão ser encaminhados por e-mail lctcidania@hotmail.com ou enviados pelo sistema do BNC. Em todos os casos, é de responsabilidade do licitante interessado a escolha do meio para encaminhamento.

14.06.01 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos. Os recursos e contrarrazões enviados por e-mail, só serão validados mediante a confirmação de seu recebimento.

14.07 - Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões recursais, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

14.08 - Interposto o recurso de forma regular, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

13.09 - Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais, bem como, os que não forem registrados no Sistema ou não tiverem seu recebimento confirmados por e-mail, se for o caso.

14.10 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11 - Decididos os recursos porventura interpostos contra ato do Pregoeiro; e constatada a regularidade do ato praticado, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.



14.12 - As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

14.13 - O recurso será recebido em seu efeito suspensivo.

14.14 - Os autos do processo permanecerão à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social, situada na Avenida Padre Zuzinha, nº 178, Centro, nesta cidade, CEP: 55192-000.

15.00 - REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.01 - A sessão pública poderá ser reaberta:

15.01.01 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.01.02 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.02 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.02.01 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, publicação, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.03 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema da BNC, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16.00 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.01 - O objeto deste Pregão será adjudicado aos licitantes declarado vencedores, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.02 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16.03 - O objeto deste Pregão será adjudicado por LOTE às licitantes vencedoras.

17.00 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.01 - Homologado o resultado deste certame, o Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe convocará as licitantes vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de



convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.01.01 - O prazo a que se refere o subitem anterior poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe.

17.02 - Alternativamente à convocação para comparecer perante ao Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.03 - Quando as licitantes vencedoras não assinarem a Ata de Registro de Preços ou não aceitar e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo referido nos subitens 17.01 e 17.02 deste Edital ou, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta de preços desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo ainda, o Pregoeiro negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

17.04 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada na hipótese da ocorrência das situações previstas em lei.

17.05 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.06 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa contratada e a retribuição do Contratante poderá ser revisada, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Ata.

17.07 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados pelo Governo Federal, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, desde que devidamente comprovados através de cálculos e a documentação pertinente.

17.08 - A Adesão a Ata de Registro de Preços, somente poderá ser efetuada com a autorização do órgão gerenciador, e após a primeira aquisição e/ou contratação pelo referido órgão, observando todos os preceitos legais referente ao Sistema de Registro de Preços.

18.00 - INSTRUMENTO CONTRATUAL

18.01 - Depois de assinada a Ata de Registro de Preço, a qualquer tempo durante a sua vigência, o fornecedor beneficiário poderá ser convocado pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe para assinar o instrumento contratual, prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação,



nos termos do Art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º do mesmo diploma legal.

18.01.01 - O prazo a que se refere o subitem anterior poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe.

18.02 - Alternativamente à convocação para comparecer perante a Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, a contar da data de seu recebimento

19.00 - GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.01 – Caberá ao Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, órgão gerenciador, a realização do procedimento licitatório, incluindo toda instrução processual e consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

19.02 - O Órgão Gerenciador realizará pesquisa periódica para comprovar a manutenção da vantajosidade da Ata de Registro de Preços. (art. 9º, XI, Decreto nº 7.892/2013).

19.03 - Quando do gerenciamento da Ata de Registro de Preços, Fundo Municipal de Assistência Social, conforme inciso VII, art. 5º do Decreto nº 7.892/2013:

I - conduzirá eventuais renegociações dos preços registrados, conforme inciso VIII, art. 5º do Decreto nº 7.892/2013:

II - aplicará, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, conforme inciso IX, art. 5º do Decreto nº 7.892/2013:

III - aplicará, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme inciso X, art. 5º do Decreto nº 7.892/2013:)

19.04 - O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados, obedecendo as disposições do Capítulo VIII do Decreto nº 7.892/2013.

19.05 - O Órgão Gerenciador promoverá o cancelamento do registro do prestador que (art. 20 do Decreto nº 7.892/2013):

I - descumprir as condições da ata de registro de preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável, assegurado o contraditório e a ampla defesa;



III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.06 - O Órgão Gerenciador poderá cancelar o registro do preço por fato superveniente ou por motivo de força maior, que comprovada e justificadamente prejudique o cumprimento da ata, por razão de interesse público ou a pedido do prestador.

20.00 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

20.01 - A Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento licitatório poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, e mediante anuência do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, órgão gerenciador.

20.02 - O Órgão Não Participante, a que se refere o Decreto nº 7.892/2013 (art. 2º, V), somente poderá fazer uso da Ata de Registro de Preços, após anuência do Órgão Gerenciador da Ata.

20.03 - Quando da formalização do pedido para fazer uso da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, o Órgão Não Participante deverá informar os itens e quantidades a serem adquiridos, enviando documento assinado por autoridade competente do órgão ou entidade.

20.04 - Caberá ao prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão(s) participante(s). (§ 2º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013)

20.05 - As aquisições ou contratações por cada Órgão Não Participante não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de preços para o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s). (§ 3º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013)

20.06 - O quantitativo decorrente de todas as adesões a esta Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao dobro do quantitativo total, para cada item registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem. (§ 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013)

20.07 - Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata. (§ 6º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013)

20.08 - Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo prestador das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador. (§ 7º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013)



21.00 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO(S) CONTRATO(S) QUE DELA ORIGINAR(EM)

21.01 - A Gestão da Ata de Registro de Preços e do(s) Contrato(s) que dela originar(em) ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social, através de sua Secretária, a Sra. Cristiane da Silva Souza.

21.02 - A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e do(s) Contrato(s) que dela originar(em) ficará sob a responsabilidade Sra. Carla Costa e Lima.

21.03 - Não obstante a empresa Detentora/Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador/Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

21.04 - Caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços e do(s) Contrato(s) que dela originar(em):

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador/Contratante quanto da Detentora/Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora/Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) Exigir da Detentora/Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no presente Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e respectivo Contrato, assim como observar, para o correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora/Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor da Ata de Registro de Preços/Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora/Contratada;



i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

21.05 - Caberá ao Gestor da Ata de Registro de Preços e do(s) Contrato(s) que dela originar(em):

a) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada;

b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;

c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas/contratuais;

d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo(s) fiscal(is);

e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelos fiscais;

f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas e legais;

g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da ata de registro de preços e contratos não seja ultrapassado;

h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

22.00 - RECEBIMENTO DO OBJETO

22.01 - O objeto desta licitação será recebido:

22.01.01 - Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do material com as especificações exigidas no Termo de Referência, Anexo V deste Edital;

22.01.02 - Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade dos itens e da conformidade do material entregue, de acordo com a proposta apresentada.

22.02 - Todos os itens deverão ser entregues em perfeito estado e em plena condição de uso.

22.03 - O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades administrativa, civil e penal da Contratada.

23.00 - PAGAMENTO DAS FATURAS

23.01 - O Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento do objeto deste Edital em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrada das mesmas no seu departamento financeiro, localizado na



Av. Padre Zuzinha, nº178, Centro, nesta cidade, CEP: 55192-000, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.

23.02 - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

23.03 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

23.04 – Ocorrendo o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de fornecimento já recebidos, salvo em caso previsto em lei, fica assegurado à Detentora/Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

24.00 - PENALIDADES

24.01 - O cometimento de irregularidades na execução, sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações.

24.02 - Se a Detentora inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I - Advertência;

II – Multa, nos seguintes termos:

a) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;

b) Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;

c) Pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;

d) Pela recusa da Detentora/Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do material não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;

e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.



24.02.01 - As multas estabelecidas acima podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

24.02.02 - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

24.02.03 - A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Detentora/Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores.

24.03 - Ficarão sujeitos a penalidade prevista no Art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços, no Contrato e nas demais cominações legais, o fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

I - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato;

II - Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em lugar de documentação legítima exigida para o certame;

III - Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

IV - Não manter a proposta;

V - Falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços ou Contrato;

VI - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

24.04 - Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Detentora/Contratada estará sujeita às penalidades:

I - Pelo descumprimento do prazo do fornecimento;

II - Pela recusa em atender alguma solicitação para correção do fornecimento; e

III - Pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados no Edital e seus anexos.

24.05 - Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações;

24.06 - A sanção do impedimento de licitar é de competência exclusiva do Gestor da Ata de Registro de preços, garantida à defesa do interessado no respectivo processo, podendo a reabilitação ser requerida após 05 (cinco) anos de sua aplicação.

24.07 - O prazo do impedimento de licitar será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.



25.00 - DILIGÊNCIA

25.01 - O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

25.02 - Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

25.03 - Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informações necessários para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

26.00 - PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

26.01 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos.

26.02 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, por meio eletrônico através do e-mail: lctcidadania@hotmail.com ou pelo sistema do Bolsa Nacional de Compras – BNC.

26.03 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data do recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

26.04 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no sistema do Bolsa Nacional de Compras – BNC e vincularão os participantes e a Administração.

26.05 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, por meio eletrônico através do sistema do Bolsa Nacional de Compras – BNC e no e-mail: lctcidadania@hotmail.com, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

26.06 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

26.06.01 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

26.07 - Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

27.00 - DISPOSIÇÕES FINAIS

27.01 - A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão), durante a execução contratual, manter as condições de habilitação apresentada na licitação.

27.02 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% do objeto licitado, nos termos do §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, devendo este limite de percentual ser respeitado individualmente para cada item licitado componente de cada LOTE licitado e contratado.



27.03 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe-PE.

27.04 - Os casos omissos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro dentro dos limites de suas atribuições.

27.05 – Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas, resguardando o tratamento isonômico aos licitantes.

27.06 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

27.07 - A presente licitação, a juízo do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe-PE, poderá ser revogada por interesse público ou anulada por ilegalidade, sempre em despacho fundamentado, assegurado às interessadas ampla defesa.

27.08 - O Edital completo estará à disposição dos interessados na internet, nos endereços eletrônicos: www.bnc.org.br e www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br

Santa Cruz do Capibaribe – PE, 29 de julho de 2020.

Igor Bezerra Cavalcanti – Pregoeiro

Nos termos do parágrafo único, do artigo 38, da Lei Federal nº 8.666/93, aprovo o presente edital e seus anexos.

Dr. Marcelo Diógenes Xavier de Lima
OAB/PE n.º 17.742



ANEXO I

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2020 PROCESSO Nº 003/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE.

ÓRGÃO GERENCIADOR

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Padre Zuzinha, nº 178, Centro, reuniram-se a Secretária de Governo e Desenvolvimento Social a Sra. Cristiane da Silva Souza, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Francisco Antônio Aragão, nº485, São Cristóvão, neste município, inscrita no CPF: 023.551.104-84 e portadora da cédula de identidade nº 5.303.487 – SSP/PE e como fornecedor a empresa inscrita no CNPJ sob nº com sede na, neste ato representada pelo senhor, CPF..... (endereço completo) firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020**, referente aos lotes discriminados nesta Ata, com seus respectivos preços unitários e total, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 017, de 21 de maio de 2010, que regulamenta a modalidade Pregão, do Decreto Municipal nº 015, de 16 de março de 2011, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços e Decreto Municipal nº 008, de 03 de fevereiro de 2020, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e respectivas alterações, em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO E DO VALOR

CLÁUSULA PRIMEIRA - A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços** visando à contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios não perecíveis (**LOTE I**); perecíveis (**LOTE II**); hortifrutigranjeiros (**LOTE III**) e origem animal (**LOTE IV e V**), para atender as necessidades dos Programas da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social, conforme especificado e quantificado no Anexo V deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - Valor Total: R\$ (_____) conforme, tabela descrita abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Fabri.	Vlr. Unit. R\$	Valor Total R\$
1						
2						

DOS PRAZOS

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de vigência do Registro de Preços será de **06 (seis) meses**, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, observado as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/93 e suas atualizações, como nas demais normas legais pertinentes.

GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CLÁUSULA QUARTA - Caberá ao Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, órgão gerenciador, a realização do procedimento licitatório, incluindo toda instrução processual e consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - O Órgão Gerenciador realizará pesquisa periódica para comprovar a manutenção da vantajosidade da Ata de Registro de Preços. (art. 9º, XI, Decreto nº 7.892/2013).

CLÁUSULA SEXTA - Quando do gerenciamento da Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, conforme inciso VII, art. 5º do Decreto nº 7.892/2013:

I - conduzirá eventuais renegociações dos preços registrados, conforme inciso VIII, art. 5º do Decreto nº 7.892/2013:

II - aplicará, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, conforme inciso IX, art. 5º do Decreto nº 7.892/2013:

III - aplicará, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, conforme inciso X, art. 5º do Decreto nº 7.892/2013:)

CLÁUSULA SÉTIMA - O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados, obedecendo as disposições do Capítulo VIII do Decreto nº 7.892/2013.

CLÁUSULA OITAVA - O Órgão Gerenciador promoverá o cancelamento do registro do fornecedor que (art. 20 do Decreto nº 7.892/2013):

I - descumprir as condições da ata de registro de preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único - O Órgão Gerenciador poderá cancelar o registro do preço por fato superveniente ou por motivo de força maior, que comprovada e justificadamente prejudique o cumprimento da ata, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTES



CLÁUSULA NONA - A Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento licitatório poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, e mediante anuência do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA - O Órgão Não Participante, a que se refere o Decreto nº 7.892/2013 (art. 2º, V), somente poderá fazer uso da Ata de Registro de Preços, após anuência do Órgão Gerenciador da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Quando da formalização do pedido para fazer uso da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, o Órgão Não Participante deverá informar os itens e quantidades a serem adquiridos, enviando documento assinado por autoridade competente do órgão ou entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão(s) participante(s). (§ 2º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - As aquisições ou contratações por cada Órgão Não Participante não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de preços para o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s). (§ 3º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O quantitativo decorrente de todas as adesões a esta Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao dobro do quantitativo total, para cada item registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem. (§ 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata. (§ 6º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador. (§ 7º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013)

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A Gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade da Sra. Cristiane da Silva Souza.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade da Sra. Carla Costa e Silva

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Não obstante a empresa detentora ser a única e exclusiva responsável por toda execução, ao Órgão Gerenciador é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.



CLÁUSULA VIGÉSIMA - Caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços:

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos da Ata de Registro de Preços sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador quanto da Detentora;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do Registro de Preços;
- d) Exigir da Detentora o fiel cumprimento de todas as condições registradas assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência do registro e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência, Anexo V do Edital da licitação, da Ata de Registro de Preços, assim como observar, para o correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora;
- h) Comunicar formalmente ao Gestor da Ata de Registro de Preços as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Caberá à gestora da Ata de Registro de Preços:

- a) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora;
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas neste;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal da Ata de Registro de Preços;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal da Ata de Registro de Preços;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora, mediante a observância das exigências registradas e legais;



g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do registrado não seja ultrapassado;

h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços para a adequada observância das cláusulas contratuais

RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - O objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido:

Subcláusula primeira - Provisoriamente, pelo fiscal da Ata de Registro de Preços descrito anteriormente, para efeito de posterior verificação de conformidade do material com as especificações exigidas no Anexo V do Edital;

Subcláusula segunda - Definitivamente, pelo fiscal da Ata de Registro de Preços descrito anteriormente, após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade dos itens e da conformidade do material entregue, de acordo com a proposta apresentada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Todos os itens deverão ser entregues em perfeito estado e em plena condição de uso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades administrativa, civil e penal da Detentora.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – O Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe efetuará o pagamento das faturas referentes ao fornecimento do objeto deste Edital em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrada das mesmas no protocolo do departamento financeiro do Fundo Municipal de Assistência Social, localizado na Avenida Padre Zuzinha nº178, centro, nesta cidade, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - Além das obrigações legais, regulamentares e as demais constantes do instrumento contratual e demais documentos, obriga-se, a licitante adjudicatária a:

a) Fornecer o material de acordo com as especificações e quantitativos constantes no **Anexo V** do Edital.



- b) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento da Ata de Registro de Preços.
- c) Manter, durante todo período de execução do objeto, as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preços, se verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Órgão Gerenciador.
- f) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução da Ata de Registro de Preços.
- g) Indicar preposto que se responderá perante o Órgão Gerenciador.
- h) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a presente licitação.

DAS OBRIGAÇÕES ÓRGÃO GERENCIADOR

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - Efetuar o pedido de fornecimento em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência **Anexo V** do Edital, por meio de Ordem de Fornecimento (OF) ou nota de empenho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador com relação ao objeto deste Registro de Preços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - Acompanhar a execução desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - Comunicar à Detentora as irregularidades observadas na entrega do material, formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

DAS PENALIDADES E SANÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas às seguintes cominações, cumulativamente ou não:

- I - advertência;



II – multa, nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso o fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do serviço não prestado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do serviço;
- b) Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizado em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do serviço;
- c) Pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do serviço, por dia decorrido;
- d) Pela recusa da Detentora em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do material não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do serviço rejeitado;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada nesta Ata de Registro de Preços e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Santa Cruz do Capibaribe, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Detentora ressarcir o Órgão Gerenciador, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Detentora estará sujeita às penalidades:

I - pelo descumprimento do prazo do fornecimento;

II - pela recusa em atender alguma solicitação para correção do fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da rejeição, devidamente notificada; e

III - pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - Além das penalidades citadas, a Detentora ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.



CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - Poder-se-á descontar dos pagamentos por ventura devidos à DETENTORA as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - A sanção estabelecida é de competência exclusiva do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, devendo o Órgão, prolatar da decisão inicial, remeter-lhe o respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias, para a obtenção de sua ratificação, garantida à defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após (05) cinco anos de sua aplicação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - O prazo de suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei N° 8.666, de 1993, conforme o § 1º do Art. 12 do decreto 7.892/2013.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei n° 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior ao preço praticado no mercado, conforme o Art.18 do decreto 7.892/2013, o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado, conforme caput do Art. 18 do decreto 7.892/2013;
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade, conforme § 1º do Art. 18 do decreto 7.892/2013;
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame, conforme § 2º do Art. 18 do decreto 7.892/2013.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, conforme o Art. 19 do decreto 7.892/2013, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, conforme inciso I do Art. 19 do decreto 7.892/2013;



b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, conforme inciso II do Art. 19 do decreto 7.892/2013.

c) Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, conforme parágrafo único do Art. 19 do decreto 7.892/2013.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - É vedado ao detentor interromper o funcionamento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Cláusula.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/2013.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - Não será aceito pedido de revisão com efeito retroativo.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - Não cabe repactuação ou reajuste de preços.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

- a) Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;



d) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticado no mercado, de acordo com o item III do artigo 20 do Decreto 7.892/2013.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razões de interesse público;
- b) A pedido do detentor.

Parágrafo único - Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

DA VINCULAÇÃO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - O disposto na presente Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços supramencionado, que se regerá pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e regulamentações posteriores, além do que mais for exigido no Edital e em seus Anexos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - As especificações técnicas, obrigações e penalidades constantes no Edital e Termo de Referência do Pregão Eletrônico SRP nº 001/2020 integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe/PE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

Santa Cruz do Capibaribe, _____ de _____ de 2020

Fundo Municipal de Assistência Social

Cristiane da Silva Souza



Empresa
Contratada

TESTEMUNHAS: _____
CPF/MF: _____ CPF/MF: _____



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

Processo de Licitação nº 003/2020
Pregão Eletrônico nº 001/2020 (REGISTRO DE PREÇOS)
Ata de Registro de Preços nº _____/2020
Contrato nº _____/2020

MINUTA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE, EM DECORRÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2020, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666 DE 21.06.1993 E DEMAIS ALTERAÇÕES.

Por este instrumento de Contrato de Prestação de Serviço de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.010.299/0001-44, com sede sita na Av. Padre Zuzinha, nº 178, Centro, nesta cidade, representado legalmente por sua Secretária a Sra. Cristiane da Silva Souza, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Francisco Antônio Aragão nº 485, Bairro São Cristóvão, neste município, inscrito no CPF sob o nº 023.551.104-84 e portadora da cédula de identidade nº 5.303.487- SSP/PE, e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº, com sede na, neste ato, representada legalmente pelo Sr.(a) _____ (*dados pessoais, inclusive endereço), denominada como **CONTRATADA**, firmam o presente instrumento, decorrente da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2020**, oriunda do Processo de Licitação nº 003/2020 realizado sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2020 - SRP**, do tipo "menor preço" ofertado por **LOTE**, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 017, de 21 de Maio de 2010 e Decreto Municipal nº 008, de 03 de fevereiro de 2020, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e respectivas alterações, além das demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA -DO REGIME JURÍDICO

O fornecimento, objeto do presente Contrato, plenamente vinculado ao Edital de licitação e a Proposta apresentada pela ora Contratada, rege-se pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, por suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato o fornecimento parcelado **de gêneros alimentícios não perecíveis (LOTE I); perecíveis (LOTE II); hortifrutigranjeiros (LOTE III) e Origem animal (LOTE IV e V)**, para atender as necessidades dos Programas da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social de Santa Cruz do



Capibaribe, conforme Termo de Referência, **Anexo V** do Edital, o qual integra este acordo independentemente de transcrição.

Subcláusula única – O objeto deste contrato deverá ser entregue, parceladamente pela Contratada, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Contratante, no seguinte endereço: Av. Padre Zuzinha, nº 178, Centro, nesta cidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O presente contrato tem vigência pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, observado o disposto no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

Subcláusula primeira - O presente Contrato tem por termo inicial a data de sua assinatura e por termo final o dia ____ (____) de _____ de ____, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

Subcláusula segunda - O prazo para entrega do objeto deste Contrato será de **48 (quarenta e oito) horas**, contado da solicitação feita pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, através da Ordem de Fornecimento ou nota de empenho.

Subcláusula terceira - A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) materiais(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) a este Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) materiais(s) será de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado do recebimento da solicitação de troca.

Subcláusula quarta – O prazo de validade dos produtos, não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, contado a partir da entrega dos respectivos produtos solicitados na Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho emitida pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste Contrato será recebido:

I - Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade dos serviços com as especificações exigidas no Anexo V do Edital;

II - Definitivamente, pelo fiscal após a conferência e verificação da conformidade dos serviços realizados, de acordo com a proposta apresentada.

§ 1º - Caso os serviços apresentem falhas ou vícios de execução, dar-se-á de imediato, por escrito, ciência à empresa contratada, para que esta proceda, incontinentemente, as correções apontadas.

§ 2º - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exime a Contratada da responsabilidade pelos vícios que possa apresentar, bem como da indenização que porventura se originar de tais vícios.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



Como contraprestação ao fornecimento do objeto deste acordo, o Contratante pagará à Contratada o valor total de R\$ _____ (_____), sendo a mesma vencedora dos LOTES _____, da seguinte forma:

LOTE I (Gêneros alimentícios não perecíveis) - Exclusiva ME ou EPP

ITEM	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total

LOTE II (Gêneros alimentícios perecíveis) - Exclusiva ME ou EPP

ITEM	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total

LOTE III (Gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros) – Exclusiva ME ou EPP

ITEM	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

LOTE IV (Gêneros alimentícios de origem animal) – Cota Principal (75%)

ITEM	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total

LOTE V (Gêneros alimentícios de origem animal) – Cota reservada (25%) - Exclusiva ME ou EPP

ITEM	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total

§ 1º - O Contratante efetuará o pagamento das faturas referentes ao fornecimento do objeto deste Contrato em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da entrada da mesma no Protocolo do departamento financeiro, localizado na Avenida Padre Zuzinha nº 178, centro, nesta cidade, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.

§ 2º - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP- M).

§ 3º - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos alocados para a realização do objeto do presente acordo são oriundos das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Órgão: 02.00 Poder Executivo
Unidade: 02.15 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 Assistência Social



Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa: 04862 Assistência Social Geral
Ação: 289 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica
Natureza das despesas: 33903000 Material de Consumo
Fonte de Recurso: 311
Código reduzido: 864

Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social Casa de Acolhimento	
Órgão: 02.00 Poder Executivo	
Unidade: 02.15 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 Assistência Social	
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 04862 Assistência Social Geral	
Ação: 290 Bloco de Proteção Social Especial de Média e Alta	
Natureza das despesas: 33903000 Material de Consumo	
Fonte de Recurso: 311	
Código reduzido: 867	

Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social	
Órgão: 02.00 Poder Executivo	
Unidade: 02.15 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 Assistência Social	
Sub-Função: 122 Administração Geral	
Programa: 00202 Supervisão e Coordenação Superior	
Ação: 281 Gestão Técnica e Administrativa do Fundo	
Natureza das despesas: 33903000 Material de Consumo	
Fonte de Recurso: 001	
Código reduzido: 835	

Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social Programa Bolsa Família - IGD	
Órgão: 02.00 Poder Executivo	
Unidade: 02.15 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 Assistência Social	
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 04862 Assistência Social Geral	
Ação: 292 Programa Bolsa Família - IGD	
Natureza das despesas: 33903000 Material de Consumo	
Fonte de Recurso: 311	
Código reduzido: 846	

Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
Órgão: 02.00 Poder Executivo	
Unidade: 02.15 Fundo Municipal de Assistência Social	



Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa: 04862 Assistência Social Geral
Ação: 289 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica
Natureza das despesas: 33903000 Material de Consumo
Fonte de Recurso: 311
Código reduzido: 864

Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social Centro de Referência Especial de Assistência Social - CREAS	
Órgão: 02.00 Poder Executivo	
Unidade: 02.15 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 Assistência Social	
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 04862 Assistência Social Geral	
Ação: 290 Bloco de Proteção Social Especial de Média e Alta	
Natureza das despesas: 33903000 Material de Consumo	
Fonte de Recurso: 311	
Código reduzido: 867	

Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social Programa Primeira Infância	
Órgão: 02.00 Poder Executivo	
Unidade: 02.15 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 Assistência Social	
Sub-Função: 243 Assistência à Criança e ao Adolescente	
Programa: 04832 Assistência ao Menor	
Ação: 283 Programa Primeira Infância	
Natureza das despesas: 33903000 Material de Consumo	
Fonte de Recurso: 311	
Código reduzido: 916	

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, devidamente homologado, que passará a integrar este contrato para todos os fins legais.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

O regime jurídico que rege este acordo confere ao Município as prerrogativas constantes dos Arts. 58, 77 e seguintes da Lei 8.666/93, as quais são reconhecidas pela **Contratada**.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das obrigações constantes na Lei 8.666/93, caberá à Contratada:



I - A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do presente Contrato, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93.

II - Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, a Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

§ 1º - Obriga-se a Contratada a manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião do Pregão.

§ 2º - Fornecer o material de acordo com as especificações e quantitativos constantes no **Anexo V** do Termo de Referência.

§ 3º - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Contrato.

§ 4º - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, se verificados vícios, defeitos ou incorreções.

§ 5º - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Contratante.

§ 6º - Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução do Contrato.

§ 7º - Indicar preposto que se responderá perante o Contratante.

§ 8º - Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Caberá ao Contratante as seguintes obrigações:

I - Efetuar o pedido de fornecimento em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência **Anexo V** do Edital, por meio de Ordem de Fornecimento (OF) ou nota de empenho.

II - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado.

III - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador com relação ao objeto deste Contrato.

IV - Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

V - Acompanhar a execução.

VI - Comunicar à Detentora as irregularidades observadas na entrega do produto, formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



I - A Gestão do Contrato ficará sob a responsabilidade da Sra. Cristiane da Silva Souza

II - A fiscalização da execução do Contrato ficará sob a responsabilidade da Sra. Carla Costa e Silva.

III - Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

IV - Caberá ao fiscal do Contrato:

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Contratante quanto da Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do Contrato;
- d) Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições neste Contrato, do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência, **Anexo V** do Edital da licitação, do Contrato, assim como observar, para o correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

V - Caberá ao gestor do Contrato:

- a) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;



- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal do Contrato;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal do Contrato;
- f) Providenciar o pagamento das notas fiscais emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do Contrato não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal do Contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes condições, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas por leis posteriores.

I - Pelo Contratante: a) Unilateralmente, em caso de inexecução do objeto contratado, bem como variação de interesse, nos termos do art. 58, II, c/c art. 79, I, da Lei 8.666/93. Não sendo permitida esta a Contratada, por tratar-se de preceito de ordem pública, em que se observa o interesse público, e atribuível, tão somente, ao Ente Federativo.

II - Por ambas as partes: a) Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, tornando absolutamente inviável a execução do Contrato.

§ 1º - Na hipótese de rescisão contratual nas formas previstas nos incisos I a XI, art. 78 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, terá a Contratada direito, exclusivamente, ao pagamento dos materiais fornecidos e aceitos.

§ 2º - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I – Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;

II – Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizado em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;



III – Pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;

IV – Pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do material rejeitado nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;

V – Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Contrato e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

§ 1º - As multas estabelecidas nos incisos anteriores podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

§ 2º - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

§ 3º - A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas neste acordo.

§ 4º - O valor da multa deverá ser recolhido na Tesouraria do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da notificação da penalidade.

§ 5º - Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

§ 6º - Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- a) advertência por escrito;
- b) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- c) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, Inc. IV da Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

§ 7º - Ficará sujeito a penalidade prevista no Art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas no Edital, neste Contrato e nas demais cominações legais, o fornecedor e/ou o prestador de serviços que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

- a) Não celebrar o Contrato;
- b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em lugar de documentação legítima exigida para o certame;
- c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;



- d) Não manter a proposta;
- e) Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

Conforme disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93, a publicação do presente instrumento será efetuada em extrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo à conta do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe a respectiva despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Nos termos do § 3º do Art. 55 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, no ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, tudo em conformidade com o disposto no Art. 63 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

A Contratada reconhece o direito do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe de paralisar a qualquer tempo ou suspender o fornecimento e/ou prestação de serviço, mediante o pagamento único e exclusivo do fornecimento ou serviços já prestados.

A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe ou a terceiros, quando da execução do Contrato, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe de todas e quaisquer reclamações pertinentes.

A Contratada deverá, durante a execução contratual, manter as condições de habilitação apresentada na licitação.

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% do objeto contratado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Sob o pálio do art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93, fica eleito o foro da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe como competente, para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito legal, na presença das testemunhas que também assinam.



Santa Cruz do Capibaribe, _____ de _____ de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Gestora – Cristiane da Silva Souza

EMPRESA
Representante
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF/MF: _____

Nome: _____
CPF/MF: _____



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO FINAL

Ao Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe – PE

Ref.: Pregão Eletrônico nº001/2020 - __/__/__ às __h: __min.

A empresa _____ inscrita no CNPJ (MF) nº _____ estabelecida no (a) _____ vem, perante este pregoeiro, apresentar a seguinte proposta de preços para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios não perecíveis **LOTE – I** (Exclusiva ME ou EPP); perecíveis **LOTE II** (Exclusiva ME ou EPP); hortifrutigranjeiros **LOTE III** (Exclusiva ME ou EPP); e origem animal **LOTE IV** (cota principal) e **V** (cota reservada – Exclusiva ME ou EPP), para atender as necessidades dos Programas da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social, conforme descrição abaixo:

LOTE I – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS						
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNI	VALOR TOTAL
1	ACHOCOLATADO EM PÓ - INSTANTÂNEO, COM VITAMINAS, MINERAIS, ASPECTOR DE PÓ FINO E HOMOGÊNIO, MIDADE MÁXIMA DE 3% P/P PREPARADO COM A MISTURA DE CACAU SOLÚVEL E AÇÚCAR, PODENDO SER O CACAU PARCILMENTE DESENGORDURADO, O PRODUTO SERÁ EMBALADO E ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADO, EMBALAGEM (PACOTE) COM 200G.	UNID.	247			
2	AÇUCAR CRISTAL - OBTIDO DA CANA DE AÇUCAR, TIPO CRISTAL. COM ASPECTO, COR CHEIROS PRÓPRIOS E SABOR DOCE, ISETO DE SUJEIRAS, ACONDICIONADOS EM SACO PLÁSTICO ATÓXICO, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. FARDO COM 30 KG EMBALAGEM DE 1KG.	FARDO	49			
3	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO – 100% SÓ STEVIA. INGREDIENTES: ÁGUA, EDULCORANTES NATURAIS GLICOSÍDEOS DE STEVIOL, CONSERVANTES: BENZOATO DE SÓDIO E SORBATO DE POTÁSSIO, ACIDULANTE: ÁCIDO CÍTRICO. SEM ASPARTAME, SEM CICLAMATO, SEM SACARINA, SEM ACESULFAME-K. UNIDADES DE 80ML. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 2 ANOS A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. CAIXA C/ 12 UNIDADES.	CAIXA C/12 UNIDADES	3			
4	AMIDO DE ARROZ - EM PÓ, TIPO MUCILON, PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO ARROZ CEREAL COM SAIS MINERAIS E 09 VITAMINAS. FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS INSENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITAS, NÃO PODENDO APRESENTAR-SE ÚMIDO, FERMENTADO, RANÇOCO, DESTINADO AO PREPARO DE MINGAU. ASPECTO: PÓ FINO, COR: BRANCA E SABOR PRÓPRIO. EMBALAGEM DE 400 G E PACOTE (CAIXA) DE 4,8 KG . CAIXA C/ 12 UNIDADES.	CAIXA C/12 UNIDADES	9			
5	AMIDO DE MILHO - COM FARINHA DE ARROZ MISTURA A BASE DE AMIDO DE MILHO PARA O PREPARO DE MINGAU, TIPO CREMOGEMA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE PAPEL RESISTENTE COM 500G. COM CRESCE NUTRI	CAIXA	28			



	(B1, B3, B6, C, FE, ZN, ÁCIDO FÓLICO) TRADICIONAL. CAIXAS COM 24 UNIDADES.				
6	ARROZ PARBOLIZADO - TIPO 1, PRÉ-COZIDOS, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, COM TEOR UMIDADE MÁXIMA DE 15%, 100% NATURAL, 0% DE GORDURA TRANS, NÃO PRECISA LAVAR, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM PLÁSTICO ATÓXICO. FARDO COM 30 UNIDADES DE 1 KG.	FARDO	39		
7	AVEIA EM FLOCOS FINOS AVEIA - INTEGRAL 100 % EM FLOCOS FINOS, INSENTAS DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 15% POR PESO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA DE 500 G., CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	10		
8	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO TIPO MARIA - COMPOSIÇÃO BÁSICA, FARINHA DE TRIGO GORDURA VEGETAL, SAL, AÇÚCAR E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM DE PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO. EMBALAGEM COM 400G, CAIXA COM 20 UNIDADES E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NTA - 48 (DECRETO 12486 20/10/1978).	CAIXA	32		
9	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM-CRACKER . - COMPOSIÇÃO BÁSICA, FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, ÁGUA, SAL, E DEMAIS SUBSTÂNCIA PERMITIDAS. ACONDICIONADO EM PACOTES DE POLIPROPILENO, ATÓXICO, HERMETICAMENTE VEDADO COM NO MÍNIMO 400G, CAIXA COM 20 UNIDADES, EMBALADOS EM CAIXA DE PAPELÃO LIMPA, ÍNTEGRA E RESISTENTE. EMBALAGE DEVERÁ CONTER EXTENAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUALIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	CAIXA	32		
10	CAFÉ TORRADO E MOÍDO EM PÓ – DEVENDO CONTER ATÉ 30% DE GRÃOS CONILON, 20% PRETOS/VERDES/ARDIDOS, ISENTO DE GRÃOS PRETOS VERDES OU FERMENTADOS CRUS, SÃOS E LIMPOS, NA COR CASTANHO CLARO AMORDERADO ESCURO, SEM AMARGOR EM GRAÕES INTEIROS TORRADOS AROMA E SABOR CARACTERÍSTICO DE REGULAR A INTENSO, ISENTO DE GOSTO RIZONA, QUALIDADE GLOBAL MÍNIMO ACEITÁVEL MAIOR QUE 3,5 PONTOS NA ESCALA SENSORIAL DE 0 A 10 CONTENDO IMPUREZAS MÁXIMAS DE 1% E UMIDADE ATÉ 5% ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, FARDO COM 20 PACOTES DE 250 GRAMAS E SELO DA ABIC.	FARDO	39		
11	CALDO DE CARNE - CONTENDO NO MÍNIMO 114 GR. COM 12 CUBOS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CAIXA	19		
12	CALDO DE GALINHA - CONTENDO NO MÍNIMO 114 GR. COM 12 CUBOS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CAIXA	19		



13	CANELA EM PÓ - FINA E HOMOGÊNEA DE 1ª QUALIDADE, INSENTA DE SUJIDADES, FORTEMENTE AROMÁTICA, DOCE E LIGEIRAMENTE AMARGA. EMBALADA ADEQUADAMENTE E DEVE APRESENTAR PRAZO DE VALIDADE DE 18 MESES APÓS A DATA DA FABRICAÇÃO.	KG	4			
14	CANJQUINHA - MISTURA PARA O PREPARO DE CANJICA DE MILHO. EMBALAGEM DE 200G. CAIXA C/ 12 UNIDADES.	CAIXA C/12 UNIDADES	8			
15	COCO RALADO - PRODUTO ALIMENTÍCIO DESIDRATADO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: POLPA DE COCO DESIDRATADA E PARCIALMENTE DESENGORDURADA. DEVE APRESENTAR COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO. AUSENTE DE SUJIDADES, PARASITAS. EMBALAGEM: PLÁSTICA, INTEGRAL, ATÓXICA, CONTENDO 100G DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 12 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. CAIXA C/ 24 UNIDADES.	CAIXA C/24 UNIDADES	8			
16	COLORIFICO EM PÓ SEM SAL - PRODUTO OBTIDO A PARTIR DA SEMENTE DO URUCUM SEM ADIÇÃO DE SAL COM CHEIRO DE SABOR PRÓPRIO, ISENTO DE SUJIDADES, COM INGREDIENTES EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 100G. E SUAS CONDIÇÕES DEVE ESTAR DE ACORDO COM DECRETO 12486 DE 20/10/1978 EMBALAGEM COM PACOTE DE 100G. PACOTE DE 1KG.	KG	39			
17	COMINHO - CONDIMENTO DE 1ª QUALIDADE EM PÓ DESTINADO AO TEMPERO DE ALIMENTO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS MOÍDO ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICO DE POLIETILENO ATÓXICO, TRANSPARENTE. VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM O DECRETO 12486 DE 20/10/1978. PACOTES COM 100, E FARDOS COM 1 KG.	KG	27			
18	CREME DE LEITE - CREME DE LEITE UHT, SABOR SUAVE, TEOR DE MATÉRIA GORDA MÍNIMA DE 25%, CONSISTÊNCIA FIRME, EMBALAGEM CARTONADA, NÃO AMASSADA, CONTENDO 200G DE PESO LÍQUIDO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SIF/DIPOA. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. CAIXA COM 48 UNIDADES.	CAIXA	8			
19	DOCE DE GOIABA - GOIABADA EM MASSA OU PASTA HOMOGÊNEA E DE CONSISTÊNCIA QUE POSSIBILITE O CORTE. ISENTO DE SUJIDADES, LARVAS E PARASITAS, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ACONDICIONADO EM POTES DE 600G, EMBALADOS EM CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	19			



20	EXTRATO DE TOMATE - CONCENTRADO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS ESCOLHIDOS, SEM PELE E SEMENTES, INSENTOS DE FERMENTAÇÃO E NÃO INDICAR PROCESSAMENTO DEFEITUOSOS. INSENTO DE SUJIDADES PARASITOS, LARVAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. APARÊNCIA: MOLE, COR VERMELHA, E CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS.	KG	166			
21	FARINHA DE MANDIOCA. - TORRADA, SECA, FINA, TIPO, BRANCA, TORRADA, SECA, FINA, TIPO BRANCA ISENTA DE SUJIDADES, GRUMOS PARASITAS, LARVAS E OUTRAS SUBSTÂNCIA EXTRANHAS E DE PRIMEIRA QUALIDADE. EMBALAGEM EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, PESANDO UM QUILO E COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA CONSTANTE DO RÓTULO, FARDO COM 30 KG.	FARDO	6			
22	FARINHA DE TRIGO - ESPECIAL PARA PANIFICAÇÃO OBTIDA DO TRIGO MOÍDO, SE COR BRANCA, COM FERMENTO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 1 KG. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A S ESPECIFICAÇÕES DA PORTARIA Nº 354/MS, DE 18 DO 7 DE 1996 O QUE SE REFERE A NORMA TÉCNICA REFERENTE A FARINHA DE TRIGO: ANVISA, MAPA E IMETRO, COM ASPECTO, COR, SABOR E TEXTURA CARACTERÍSTICAS, APARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÂS E LIMPAS, LIVRE DE SUJICIDADE, MATERIAIS TERROSOS, PARAZITAS LARVAS, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. FARDO COM 10 UNIDADES DE 1KG.	FARDO	20			
23	FARINHA LACTEA - ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS, PRODUTO EM PÓ ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E FERRO ISENTO DE SUJIDADES SABOR ORIGINAL COM CARCTERÍSTICAS PRÓPIAS PARA O PREPARO INSTANTÂNEO DE MINGAUS, PAPAS E OUTRAS PREPARAÇÕES. EMBALAGEM COM 230G. VALIDADE DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UNID	122			
24	FEIJÃO CARIOQUINHA OU MULATINHO - TIPO I, NOVO CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SADIOS COM TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURAS DE OUTRAS VARIEDADES E ESPÉCIES, EMBALAGEM DE 1 K EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICOS LIMPOS E NÃO VIOLADOS. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. EMBALADOS EM FARDOS DE 30 KG.	FARDO	19			
25	FEIJÃO MACASSAR - TIPO 1, NOVO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SADIOS, COM A UMIDADE PERMITIDA EM LEI, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURAS DE OUTRAS ESPÉCIES.	FARDO	10			
26	FEIJÃO PRETO - DE 1º QUALIDADE, NOVO, DE RÁPIDO COZIMENTO CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SADIOS, COM UMIDADE PERMITIDA EM LEI, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURAS DE OUTRAS ESPÉCIES, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PACOTES DE 01 KILO, E SECUNDÁRIO FARDO DE 30 KG.	FARDO	10			



27	FERMENTO QUÍMICO - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FERMENTO QUÍMICO EM PÓ, PARA CONFEÇÃO DE BOLOS. ISENTO DE MOFO E QUALQUER SUBSTÂNCIA NOCIVA. EMBALAGEM: POTE PLÁSTICO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM TAMPA DE ROSCA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, CONTENDO 100G DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE 06 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. CAIXA C/ 12 UNIDADES.	CAIXA C/12 UNIDADES	5			
28	FLOCOS DE MILHO - TIPO FLOCÃO, FARINHA DE MILHO FLOCADA, SEM GLÚTEO, SEM SAL OBTIDO DO PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, COM ASPECTO COR E SABOR PRÓPRIO ISENTA DE SUJIDADE. EMBALAGEM DE 500G COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. FARDO COM 10 KG.	FARDO	100			
29	GELATINA - PREPARADO EM PÓ PARA GELATINA. SABORES: MORANGO, UVA, FRAMBOESA, LIMÃO, ABACAXI. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, MODO DE PREPARO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E CONDIÇÕES DE ARMAZENAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM DE 25G. CAIXA C/ 12 UNIDADES.	CAIXA C/12 UNIDADES	16			
30	LEITE CONDENSADO - PRODUTO COM CONSISTÊNCIA SÓLIDA, PASTOSA A TEMPERATURA DE 20 ° CÉLCIOS, SABOR CARACTERÍSTICO, COR BRANCA E LEVEMENTE AMARELADA. CAIXA COM 27 UNIDADES DE 395 GRAMAS	CAIXA	8			
31	LEITE DE COCO - DEVE APRESENTAR IGREDIENTES OBRIGATORIOS COMO EMULSÃO AQUOSA PROCEDENTE DO ENDOSPERMA DE COCOS MADUROS E SÃOS, AÇÚCAR, PARA O PRODUTO LEITE DE COCO ADOÇADO. REDUZIDO TEOR CALÓRICO, CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS COMO COR, SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS. EMBALADOS EM GARRAFAS DE VIDROS TRANSPARENTES CONTENDO 500 ML CADA GARRAFA.	UNID	81			
32	LEITE EM PÓ DESNATADO INSTANTÂNEO DE 0 A 6 MESES - LEITE EM PÓ MODIFICADO ENRIQUECIDO COM FERRO PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES DE 0 A 6 MESES. IGREDIENTES: LEITE DE VACA DESNATADO, MALTODEXTRINA, OLEINA DE PALMA, SACAROSE, OLEO DE CANOLA, OLEO DE PALMISTE, OLEO DE SOJA, VITAMINA C, TAURINA, SULFATO FERROSO, VITAMINA E, VITAMINA PP, SULFATO DE ZINCO, PANTOTENATO DE CÁLCIO, VITAMINA A, SULFATO DE COBRE, VITAMINA B6, VITAMINA B1, VITAMINA D3, VITAMINA B2, IODETO DE POTÁSSIO, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA K1, VITAMINA B12, NÃO CONTÉM GLUTEM,. COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL EM 100 G: 55,5 G DE CARBOIDRATO, 13G DE PROTEÍNA E 25,5G DE GORDURA. EMBALAGEM DE 400G.	UNID	55			
33	LEITE EM PÓ DESNATADO INSTANTÂNEO DE 6 A 12 MESES - MODIFICADO ENRIQUECIDO COM FERRO PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES DE	UNID	55			



	6 A 12 MESES. IGREDIENTES: LEITE DE VACA DESNATADO, MALTODEXTRINA, OLEINA DE PALMA, SACAROSE, OLEO DE CANOLA, OLEO DE PALMISTE, OLEO DE SOJA, VITAMINA C, TAURINA, SULFATO FERROSO, VITAMINA E, VITAMINA PP, SULFATO DE ZINCO, PANTOTENATO DE CÁLCIO, VITAMINA A, SULFATO DE COBRE, VITAMINA B6, VITAMINA B1, VITAMINA D3, VITAMINA B2, IODETO DE POTÁSSIO, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA K1, VITAMINA B12, NÃO CONTÉM GLUTEM., COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL EM 100 G: 51,4G DE CARBOIDRATOS, 19,7G DE PROTEÍNA E 21,5G DE GORDURA. EMBALAGEM DE 400G.				
34	LEITE EM PÓ FÓRMULA INFANTIL - A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, SEM LEITE, SEM LACTOSE, SEM SACAROSE, DEVE POSSUIR AMINOÁCIDOS ESSENCIAIS, ALÉM DE VITAMINAS E MINERAIS, DEVE SER UTILIZADO PARA CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS, TIPO NAN SOY.	UNID	11		
35	LEITE EM PÓ FÓRMULA INFANTIL - NÃO LÁCTEA , A BASE DE PROTEÍNA DE SOJA, INDICADA PARA CRIANÇAS COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE OU ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA, MEDIADA POR IGE, SEM OLEÍNA DE PALMA COM LCPUFAS (DHA E AA) TIPO ISOMIL.	UNID	11		
36	LEITE EM PÓ INTEGRAL - INSTANTÂNEO LEITE EM PÓ INTEGRAL (NÃO MODIFICADO) 26 % DE GORDURA E 26 A 28% DE PROTEÍNA. PRODUTO OBTIDO POR DESIDRATAÇÃO DO LEITE DE VACA E APTO PARA ALIMENTAÇÃO HUMANA MEDIANTE PROCESSOS TECNOLÓGICAMENTE ADEQUADOS. CONSTANDO NA EMBALAGEM COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DO PRODUTO, VALIDADE E DATA DE FABRICAÇÃO. EMBALAGEM PRIMÁRIA DE MATERIAL LAMINADO DE 200 G E SECUNDÁRIA FARDO DE 10 KG.	FARDO	60		
37	LEITE SEM LACTOSE - TIPO SUPRA SOY, LATA COM 300 GR, PREPARADO COM PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, SEM LACTOSE, VITAMINAS A, B2, B5, B6, B12, D, E, FÓSFORO, ZINCO, FERRO, CÁLCIO, IODO.	LATA	11		
38	MACARRÃO DE SÊMOLA TIPO ESPAGUETE - LONGO, FINO, EMBALAGEM LONGO, FINO, EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES DE 500G, INVOLADOS SEM PRESENÇA DE INSETOS E IM, PUREZAS ENRIQUECIDO COM FERRO, VITAMINADO E COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS CONTADOS DA DATA DE ENTREGA PACOTE COM 500G E FARDOS DE 10 KG.	FARDO	55		
39	MACARRÃO PARAFUSO - INVOLADOS, SEM PRESENÇA DE INSETOS OU IMPUREZAS, ENRIQUECIDO COM FERRO E VITAMINADO. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. PACOTES DE 500G E FARDOS DE 10 KG.	FARDO	22		
40	MARGARINA COM SAL. - CREMOSA, CONTENDO NO MÍNIMO 60% DE LIPÍDEOS EXPRESSO DE FORMA PRECISA NA EMBALAGEM, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA	CAIXA	30		



	AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. POTE COM 500ML CAIXA COM 24 UNIDADES.					
41	MILHO BENEFICO PARA O PREPARO DE XERÉM - COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE UMIDADE E SUJIDADES, DE 1ª QUALIDADE, FARDO COM 10 KG EM UNIDADES DE 500 G.	FARDO	10			
42	MILHO DE PIPOCA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES E OUTRAS MISTURAS DE ESPÉCIES, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM DE 500G.	UNID	190			
43	MILHO PARA O PREPARO DE MUNGUZÁ - COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE UMIDADE E SUJIDADES, DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM COM 500 G.	UNID	190			
44	MILHO VERDE EM CONSERVA – SIMPLES, GRÃOS INTEIROS, IMERSO EM LÍQUIDO DE COBERTURA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES. ACONDICIONADO EM LATA COM PESO LÍQUIDO DE 300G E PESO DRENADO DE 200G, SENDO CONSIDERADO COMO PESO LÍQUIDO O PRODUTO DRENADO.	UNID	220			
45	OLÉO DE SOJA REFINADO - COMESTÍVEL, OBTIDO DE ESPÉCIE VEGETAL ISENTO DE RANÇO E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, ADEQUADA PARA AS CONDIÇÕES PREVISTAS DE ARMAZENAMENTO, COM VALIDADE DE 01 (UM) ANO, CONTADO A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO E DA ENTREGA, TOLERADO O ESPAÇO DE TEMPO COMPREENDIDO ENTRE A FABRICAÇÃO E A ENTREGA, QUE NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR 30 (TRINTA) DIAS, CAIXA COM 20 UNIDADES DE 900 ML. DEVE CONTER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	CAIXA	20			
46	ORÉGANO - APRESENTAÇÃO NATURAL, ASPECTO FÍSICO GRANULADO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: TUBOS OU SACOS PLÁSTICOS DE 100G. VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES	KG	5			
47	PROTEÍNA DE SOJA TEXTURIZADA. - SEM GORDURA TRANS, SABOR CARNE, SEM COLESTEROL, PRÉ-COZIDO, DESENGORDURADO. EMBALADA EM SACO PLÁSTICO ATÓXICO DE 500G. DE 1ª QUALIDADE COM COR, CHEIRO E SABOR PRÓRIO, COM AUSÊNCIA DE UMIDADE, ISENTO DE SUJIDADES E OUTROS MATERIAIS ESTRANHOS. ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO. VALIDADE DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM 400G.	UNID	136			
48	SAL IODADO E REFINADO - COM NO MÍNIMO 95% DE CLORETO DE SÓDIO E SAIS DE IODO, CONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO RESISTENTE E VEDADO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 28 DE 28/03/2000. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CONTITUIDO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 75.697/75-MS PACOTES DE 1 QUILO.	KG	60			
49	SARDINHA EM CONSERVA - PREPARADA COM PESCADO FRESCO, LIMPO E VISERADO, COZIDO. IMERSA EM ÓLEO DE SOJA CONTENDO NATURALMENTE OMEGA 3. ACONDICIONADO	UNID	386			



	EM RECIPIENTE DE FOLHAS DE FLANDES INTEGRO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO, CONTENDO APROXIMADAMENTE 125G DE PESO LÍQUIDO DRENADO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, Nº DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. COM REGISTRO NO MINITÉRIO DA AGRICULTURA SIF/DIPOA.					
50	SUCO DE FRUTA NATURAL SABOR CAJÚ - COMPOSTO LÍQUIDO EXTRAÍDO DA FRUTA NA SUA COMPOSIÇÃO NATURAL OBTIDO DA FRUTA MADURA E SÃ, PROCESSAMENTO TECNOLÓGICO ADEQUADO SUBMETIDO TRATAMENTO QUE ASSEGURE SUA APRESENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO, FERMANTAÇÃO, CONSERVANTE, AÇÚCAR E SEM ADIÇÃO E ÁGUA, COM ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1L	CAIXA	22			
51	SUCO DE FRUTA NATURAL SABOR GOIABA - COMPOSTO LÍQUIDO EXTRAÍDO DA FRUTA NA SUA COMPOSIÇÃO NATURAL OBTIDO DA FRUTA MADURA E SÃ, PROCESSAMENTO TECNOLÓGICO ADEQUADO SUBMETIDO TRATAMENTO QUE ASSEGURE SUA APRESENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO, FERMANTAÇÃO, CONSERVANTE, AÇÚCAR E SEM ADIÇÃO E ÁGUA, COM ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1L	CAIXA	22			
52	VINAGRE DE ÁLCOOL - PRODUTO NATURAL, FERMENTADO, ACÉTICO SIMPLES DE 1ª QUALIDADE, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ÁCIDOS ORGÂNICOS E MINERAIS EXTRANHOS, LIVRE DE SUJIDADES, MATERIAL TERROSO E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO CONTEDO NO MÍNIMO 500ML COM INVOLÁVEL, HERMETICAMENTE FECHADO E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM NTA-72 (DECRETO 12486 DE 20/10/1978) COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. CAIXA COM 12 UNIDADES DE 500ML.	CAIXA	11			

LOTE II – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNI	VALOR TOTAL
1	IOGURTE – PRODUTO OBTIDO ATRAVÉS DE LEITE E/OU LEITE RECONSTITUÍDO PADRONIZADO EM SEU CONTEÚDO DE GORDURAS, CULTIVO DE BACTÉRIAS LACTEAS E/OU CULTIVO DE BACTÉRIAS LACTEAS ESPECÍFICA, SABOR MORANGO E SALADA DE FRUTA, EMBALAGEM CONTENDO 01 LITRO	LITRO	121			
2	LEITE PASTEURIZADO - LEITE LONGA VIDA INTEGRAL, ESTERILIZADO, EM EMBALAGEM TETRA-PACK DE 01 LITRO, E REEMBALADOS EM CAIXA DE PAPELÃO COM 12 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVE CONTER O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, O LOCAL DE ORIGEM DO	LITRO	78			



	PRODUTO, PESO, DATA DE EMBALAGEM E DATA DE VENCIMENTO.					
3	POLPA DE FRUTA - CONGELADA NATURAL SABORES: ACEROLA, CAJÁ, GRAVIOLA E MARACUJÁ - SEM AÇÚCAR, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, AUSENTE DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO. REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO COM REGISTRO NO SIE OU SIFE. EMBALAGEM COM 1KG.	KG	397			
4	QUEIJO MUSSARELA - SEM CAPA DE GORDURA, EMBALAGEM ORIGINAL DEVE SER A VÁCUO EM SACO PLÁSTICO, TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO, ACONDICIONADO EM CAIXAS LACRADAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO NO SIF. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	KG	77			

LOTE III – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – HORTIFRUTIGRANGEIROS

ITEM	PRODUTO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ABACAXI - APRESENTANDO GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, PÉROLA COM COROA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, COM POUÇA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADO EM CAIXAS DE MADEIRAS, PESANDO APROXIMADAMENTE POR UNIDADE ENTRE 1 A 1,50 KG	UNID	247		
2	ALFACE – DE 1ª QUALIDADE, LISA OU CRESPA, VERDE OU ROXA, NOVA, FOLHAS FIRMES, NÃO PODERÁ ESTAR MURCHA, ÍNTEGRA, TAMANHO MÉDIO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ADEQUADA.	KG	136		
3	ALHO - DE PRIMEIRA QUALIDADE ALHO INDUSTRIALIZADO, TRITURADO E SEM SAL. NÃO APRESENTAR SUJIDADES, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, EMBALAGEM DE 1 KG	KG	113		
4	BETERRABA – NOVA, DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, COM CASCA Sã, SEM RUPTURAS, NÃO DEVE APRESENTAR RACHADURAS OU CORTES NA CASCA. ESTAREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA. LIVRE DE ENFERMIDADES. ISENTA DE PARTES PÚTRIDAS.	KG	152		
5	BANANA DA TERRA - EXTRA, EM PENCAS, FRUTOS COM 60 A 70% DE MATURAÇÃO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MATURAÇÃO MEDIANA, ISENTA DE ENFERMIDADES, PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES. FORNECIMENTO POR UNIDADE.	UNID.	1657		



6	BANANA PRATA – EM PENCAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS, ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM PENCAS AVULSAS, FORNECIMENTO POR UNIDADE.	UNID	4970		
7	BATATA DOCE - ROXA, DE PRIMEIRA, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM SEM RACHADURAS E CORTES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIOS E TRANSPORTE, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS, ACONDICIONADA EM CAIXA DE MADEIRA.	KG	190		
8	BATATA INGLESA - LISA, DE PRIMEIRA, SEM PONTOS DE GERMINAÇÃO, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, SEM LESÕES FÍSICAS OU MECÂNICAS, TAMANHO COM FORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER GRAÚDA, ACONDICIONADA EM SACOS.	KG	325		
9	CEBOLA SECA BRANCA - TAMANHO MÉDIO, NOVA, DE 1ª QUALIDADE, COM CASCA, COMPACTA E FIRME, SÃ, SEM RUPTURAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, ISENTA DE PARTES PÚTRIDAS, LIVRE DE ENFERMIDADES.	KG	325		
10	CEBOLA SECA ROXA - TAMANHO MÉDIO, NOVA, DE 1ª QUALIDADE, COM CASCA, COMPACTA E FIRME, SÃ, SEM RUPTURAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, ISENTA DE PARTES PÚTRIDAS, LIVRE DE ENFERMIDADES.	KG	400		
11	CEBOLINHA VERDE - FRESCA, DE PRIMEIRA, DE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, DE QUALIDADE FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ADEQUADA.	KG	50		
12	CENOURA VERMELHA - DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, SEM RACHADURAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS, ACONDICIONADA EM CAIXA DE MADEIRA.	KG	330		
13	COUVE FOLHA - DE 1ª QUALIDADE, NOVA, FOLHAS FIRMES, NÃO PODERÁ ESTAR MURCHA, ÍNTEGRA, TAMANHO MÉDIO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ADEQUADA	KG	39		
14	CHUCHU - DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, LIVRE DE ENFERMIDADES, MATERIAIS TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDO DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	KG	78		
15	COENTRO VERDE -DE COLORAÇÃO UNIFORME, FRESCA, FIRME E INTACTA. ISENTA DE ENFERMIDADES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM SINAIS DE APODRECIMENTO OU MATERIAIS TERROSOS.	KG	50		
16	GOIABA - DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E COM FORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO.	KG	190		
17	INHAME - DE BOA QUALIDADE, FRESCO, LIVRE DE ENFERMIDADES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDO DO MANUSEIO E TRANSPORTE. DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO.	KG	190		
18	JERIMUM - CABOCLO DE PRIMEIRA QUALIDADE, COR ALARANJADA, CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE ENFERMIDADES, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E	KG	78		



	MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE.				
19	LARANJA PÊRA - CASCA LISA, COR AMARELA ESVERDEADA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SABOR E CHEIRO CÍTRICOS, TAMANHO GRANDE, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, BOA QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	KG	385		
20	LIMÃO TAITI - PRODUTO ÍNTEGRO, SEM MANCHAS, PICADAS DE INSETOS OU SINAIS DE APODRECIMENTOS, ESTAREM EM PONTO DE MATURAÇÃO PRÓPRIO PARA O CONSUMO.	KG	39		
21	MAÇÃ NACIONAL - VERMELHA, CASCA LISA, NACIONAL, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E COM FORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO ONDULADO. CADA CAIXA CONTENDO 180 UNIDADES DE 100G.	CAIXA C/18 KG	7		
22	MACAXEIRA - DE BOA QUALIDADE, FRESCA E LIVRE DE ENFERMIDADES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS, ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. PRODUTO BEM DESENVOLVIDO E ARMAZENADOS EM CAIXAS	KG	190		
23	MAMÃO MEIO VERDE - ÓTIMA QUALIDADE, EM MÉDIA 80 % DE MATURAÇÃO, FRUTOS DE TAMANHO MÉDIO, COM APROXIMADAMENTE 400G, NO GRAU MÁXIMO DE EVOLUÇÃO NO TAMANHO, AROMA, SABOR E ESPÉCIE, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, FIRMES E COM BRILHO LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	50		
24	MELANCIA - REDONDA, CASCA LISA, GRAUDA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, A GRANEL, PESANDO ENTRE (6 A 10) KG CADA UNIDADE.	KG	525		
25	PEPINO - IN NATURA, ESPÉCIE COMUM, DE 1ª QUALIDADE, COM NO MÍNIMO 100GR DE PESO A UNIDADE. DEVEM APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DO CULTIVO BEM DEFINIDAS, ESTAREM FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDAS, BEM FORMADAS, LIMPAS, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, LIVRES DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS E ESTAREM EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	150		
26	PIMENTÃO VERDE - DE COLORAÇÃO UNIFORME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERRFURAÇÕES E CORTES. EXTRA, GRAÚDO E VERDOSO.	KG	78		
27	REPOLHO VERDE - NOVO, DE 1ª QUALIDADE, FOLHAS SÃS, SEM RUPTURAS, COM COLORAÇÃO UNIFORME, SEM MANCHAS, LIVRE DE ENFERMIDADES, ISENTO DE PARTES PÚTRIDAS. NÃO DEVE ESTAR DANIFICADO POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	150		
28	TANGERINA - PRODUTO COM COLORAÇÃO E ODOR CARACTERÍSTICOS, NÃO ESTAR MACHUCADO, PERFURADO, MUITO MADURO E NEM MUITO VERDE.	KG	190		
29	TOMATE - ASPECTO GLOBOSO, MISTA COM VERDES E MADUROS (COR VERMELHA), CLASSIFICADA COMO LEGUME, GRAÚDA, POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, BOA QUALIDADE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, SEM	KG	385		



LESÕES DE ORIGEM FÍSICA E MECÂNICA, RACHADURAS E CORTES.

LOTE IV (Gêneros alimentícios origem animal) – Cota principal (75%)

ITEM	PRODUTO	UND.	QUANT.	MARCA	VALOR UNI	VALOR TOTAL
1	CARNE BOVINA 1ª QUALIDADE SEM OSSO - TIPO COLCHÃO MOLE, CONGELADA EM -18°C, PEÇA PESANDO ENTRE 4 E 6K, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. EMBALADA EM SAÇO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO E CONGELADA. O PRODUTO DEVERÁ SEGUIR AS ESPECIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. OBEDECENDO AOS PADRÕES DE QUALIDADE E CONDICIONAMENTO EXIGIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	KG	747			
2	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª QUALIDADE - TIPO PATINHO CONGELADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA QUE PERMITA EXCELENTE ESTADO DE CONSERVAÇÃO EM PACOTES DE 500G. PRODUTO SEM OSSO, TEOR MÁXIMO DE GORDURA PERMITIDA PELA LEGISLAÇÃO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO SEM ODOR IMPROPRIO OU QUAISQUER CARACTERÍSTICA QUE INVIABILIZE O CONSUMO HUMANO. O PRODUTO DEVERÁ SEGUIR AS ESPECIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA E TER TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO LIBERADOS PELA ADAGRO. TRANSPORTE: VEÍCULO EM CARROCERIA FECHADA, ISOTERMICA E HIGIENIZADA. OS ENTREGADORES DEVERÃO ESTAR ADEQUADAMENTE UNIFORMIZADOS.	KG	413			
3	CHARQUE BOVINA SALGADA. - CARNE SECA BOVINA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PONTA DE AGULHA LIMPA, SEM OSSOS, SEM PELE, POUCA GORDURA, SEM PELANCAS, PESO MÉDIO DE 5 KG CADA PEÇA, EMBALADA A VÁCUO, ISENTA DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO, QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS. INSPECIONADA PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - COM REGISTRO NO SIE OU SIFE ACOMODADA EM CAIXAS DE PAPELÃO EM PERFEITAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS PADRONIZADAS E LACRADAS. ENTREGA MENSAL. CAIXA COM 6 PACOTES DE 5KG.	CAIXA	17			
4	FÍGADO BOVINO - FÍGADO BOVINO CONGELADO, SEM PELE, DEVERÁ TER COR CARACTERÍSTICA DO PRODUTO E ISENTO DE ADITIVOS OS SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO, QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS). DEVERÁ CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VENCIMENTO, Nº DO REGISTRO DO ÓRGÃO FISCALIZADOR, Nº DO LOTE, DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO TRÊS MESES A	KG	240			



	CONTAR DA DATA DE ENTREGA DA MERCADORIA. PACOTES 01 KG.				
5	FILÉ DE MERLUZA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, SEM COURO OU ESCAMAS, SEM ESPINHA, FATIADOS EM BIFES DE 120G EM MÉDIA, CONGELADOS A 12 GRAUS CELSIUS, ISENTAS DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS), INSPECIONADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. ACOMODADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO EM PERFEITAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS, PADRONIZADAS E LACRADAS.	KG	300		
6	FRANGO - FRANGO - CONGELADO, INTEIRO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. ACONDICIONADO EM CAIXAS LACRADAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	1163		
7	LINGUIÇA TIPO CALABRESA - ACONDICIONADA EM EMBALAGEM A VÁCUO, TIPO "CRY-O-VAC", RESISTENTE, TRANSPARENTE, ATÓXICO, CONTENDO PESO LÍQUIDO 05 KG DO PRODUTO, DEVIDAMENTE ROTULADA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	PACOTE	49		
8	OVOS DE GALINHA - BRANCO OU DE COR "A" CASCA LIMPA, ÍNTEGRA, SEM MANCHAS E DEFORMAÇÕES, PESANDO CERCA DE 60 GRAMAS CADA, ACOMODADA EM BANDEJAS DE PAPELÃO COM 30 UNIDADES CADA, CONDICIONADAS EM CAIXAS LACRADAS, LIMPAS, SECAS, NÃO VIOLADAS E RESISTENTES, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO	BANDEJA	75		
9	SALSICHA BOVINA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, TIPO HOT DOG, COMPOSTA DE CARNE BOVINA CONGELADA, COM CONDIMENTOS TRITURADOS E COZIDOS, EMBALADA A VÁCUO, EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. ACONDICIONADA EM CAIXAS LACRADAS. PESANDO EM TORNO DE 50 G POR UNIDADE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAL, NUMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 20 DIAS A PARTIR DA	PACOTE	68		



DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM COM 5 QUILOS.

LOTE V (Gêneros alimentícios origem animal) – Cota reservada (25%)

ITEM	PRODUTO	UND.	QUANT.	MARCA	VALOR UNI	VALOR TOTAL
1	CARNE BOVINA 1º QUALIDADE SEM OSSO - TIPO COLCHÃO MOLE, CONGELADA EM -18°C, PEÇA PESANDO ENTRE 4 E 6K, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. EMBALADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO E CONGELADA. O PRODUTO DEVERÁ SEGUIR AS ESPECIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. OBEDECENDO AOS PADRÕES DE QUALIDADE E CONDICIONAMENTO EXIGIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	KG	248			
2	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª QUALIDADE - TIPO PATINHO CONGELADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA QUE PERMITA EXCELENTE ESTADO DE CONSERVAÇÃO EM PACOTES DE 500G. PRODUTO SEM OSSO, TEOR MÁXIMO DE GORDURA PERMITIDA PELA LEGISLAÇÃO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO SEM ODOR IMPROPRIO OU QUAISQUER CARACTERÍSTICA QUE INVIABILIZE O CONSUMO HUMANO. O PRODUTO DEVERÁ SEGUIR AS ESPECIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA E TER TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO LIBERADOS PELA ADAGRO. TRANSPORTE: VEÍCULO EM CARROCERIA FECHADA, ISOTERMICA E HIGIENIZADA. OS ENTREGADORES DEVERÃO ESTAR ADEQUADAMENTE UNIFORMIZADOS.	KG	137			
3	CHARQUE BOVINA SALGADA. - CARNE SECA BOVINA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PONTA DE AGULHA LIMP, SEM OSSOS, SEM PELE, POUCA GORDURA, SEM PELANCAS, PESO MÉDIO DE 5 KG CADA PEÇA, EMBALADA A VÁCUO, ISENTA DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO, QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS. INSPECIONADA PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - COM REGISTRO NO SIE OU SIFE ACOMODADA EM CAIXAS DE PAPELÃO EM PERFEITAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS PADRONIZADAS E LACRADAS. ENTREGA MENSAL. CAIXA COM 6 PACOTES DE 5KG.	CAIXA	5			
4	FÍGADO BOVINO - FÍGADO BOVINO CONGELADO, SEM PELE, DEVERÁ TER COR CARACTERÍSTICA DO PRODUTO E ISENTO DE ADITIVOS OS SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO, QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS). DEVERÁ CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VENCIMENTO, Nº DO REGISTRO DO ÓRGÃO FISCALIZADOR, Nº DO LOTE, DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO TRÊS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DA MERCADORIA. PACOTES 01 KG.	KG	80			



5	FILÉ DE MERLUZA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, SEM COURO OU ESCAMAS, SEM ESPINHA, FATIADOS EM BIFES DE 120G EM MÉDIA, CONGELADOS A 12 GRAUS CELSIUS, ISENTAS DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS), INSPECIONADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. ACOMODADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO EM PERFEITAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS, PADRONIZADAS E LACRADAS.	KG	100		
6	FRANGO - FRANGO - CONGELADO, INTEIRO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. ACONDICIONADO EM CAIXAS LACRADAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	387		
7	LINGUIÇA TIPO CALABRESA - ACONDICIONADA EM EMBALAGEM A VÁCUO, TIPO "CRY-O-VAC", RESISTENTE, TRANSPARENTE, ATÓXICO, CONTENDO PESO LÍQUIDO 05 KG DO PRODUTO, DEVIDAMENTE ROTULADA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	PACOTE	16		
8	OVOS DE GALINHA - BRANCO OU DE COR "A" CASCA LIMPA, ÍNTEGRA, SEM MANCHAS E DEFORMAÇÕES, PESANDO CERCA DE 60 GRAMAS CADA, ACOMODADA EM BANDEJAS DE PAPELÃO COM 30 UNIDADES CADA, CONDICIONADAS EM CAIXAS LACRADAS, LIMPAS, SECAS, NÃO VIOLADA E SEM RESISTENTES, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO	BANDEJA	25		
9	SALSICHA BOVINA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, TIPO HOT DOG, COMPOSTA DE CARNE BOVINA CONGELADA, COM CONDIMENTOS TRITURADOS E COZIDOS, EMBALADA A VÁCUO, EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. ACONDICIONADA EM CAIXAS LACRADAS. PESANDO EM TORNO DE 50 G POR UNIDADE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAL, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 20 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM COM 5 QUILOS.	PACOTE	22		



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

**Ao
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 001/2020

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.520 de 17.07.2002 sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

(Empresa e assinatura do responsável legal)



ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

01.01. Registro de Preços objetivando a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios não perecíveis (LOTE I); perecíveis (LOTE II); hortifrutigranjeiros (LOTE III) e origem animal (LOTE IV e V), para atender as necessidades dos Programas da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social de Santa Cruz do Capibaribe – PE.

01.02. O objeto desta licitação deverá ser entregue parceladamente pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades variáveis solicitadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, devendo a entrega ser realizada no seguinte endereço: Av. Padre Zuzinha, nº178, Centro, Santa Cruz do Capibaribe – PE, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h00min às 12h00min.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

Os bens e serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520 de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000 e do Decreto nº 5.450 de 2005.

3. JUSTIFICATIVA

A contratação do objeto deste Termo de Referência se destina ao fornecimento parcelado de gêneros alimentícios não perecíveis (LOTE I); perecíveis (LOTE II); hortifrutigranjeiros (LOTE III) e origem animal (LOTE IV e V), para atender as necessidades dos Programas da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social de Santa Cruz do Capibaribe – PE, visto que em algumas unidades os indivíduos assistidos passam a maior parte do dia, necessitando de refeições mais reforçadas, por tanto, é imprescindível a aquisição de tais gêneros para garantir aos mesmos, uma parcela de nutrientes básicos necessários para o bom desenvolvimento da saúde.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. Na proposta de preços deverá constar discriminação detalhada dos materiais, com suas características, quantidade solicitada, valor unitário e total, em moeda nacional, em algarismos, já considerando todas as despesas, tributos, fretes, transportes e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os materiais, mesmo que não estejam registrados nestes documentos;

4.2. O Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe poderá se valer da análise técnica dos bens propostos antes da adjudicação e homologação da licitante, para verificação do atendimento das especificações mínimas constantes neste Termo de Referência.

4.3. A empresa vencedora no processo de licitação deverá fornecer produtos de boa qualidade.

4.4. Será considerada vencedora a licitante que apresentar o menor valor, no lote, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência e no edital do Pregão.



5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1. A contratação de empresa para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios não perecíveis (LOTE I); perecíveis (LOTE II); hortifrutigranjeiros (LOTE III) e origem animal (LOTE IV e V), para atender as necessidades dos Programas da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social de Santa Cruz do Capibaribe – PE.

5.2. TIPO DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO/MENOR PREÇO POR LOTE

LOTE I – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS					
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	VALOR UNI	VALOR TOTAL
1	ACHOCOLATADO EM PÓ - INSTANTÂNEO, COM VITAMINAS, MINERAIS, ASPECTOR DE PÓ FINO E HOMOGENEO, MIDADE MÁXIMA DE 3% P/P PREPARADO COM A MISTURA DE CACAU SOLÚVEL E AÇÚCAR, PODENDO SER O CACAU PARCILMENTE DESENGORDURADO, O PRODUTO SERÁ EMBALADO E ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADO, EMBALAGEM (PACOTE) COM 200G.	UNID.	247	R\$ 3,96	R\$ 978,12
2	AÇÚCAR CRISTAL - OBTIDO DA CANA DE AÇÚCAR, TIPO CRISTAL. COM ASPECTO, COR CHEIROS PRÓPRIOS E SABOR DOCE, ISETO DE SUJEIRAS, ACONDICIONADOS EM SACO PLÁSTICO ATÓXICO, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. FARDO COM 30 KG EMBALAGEM DE 1KG.	FARDO	49	R\$ 77,23	R\$ 3.784,03
3	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO – 100% SÓ STEVIA. INGREDIENTES: ÁGUA, EDULCORANTES NATURAIS GLICOSÍDEOS DE STEVIOL, CONSERVANTES: BENZOATO DE SÓDIO E SORBATO DE POTÁSSIO, ACIDULANTE: ÁCIDO CÍTRICO. SEM ASPARTAME, SEM CICLAMATO, SEM SACARINA, SEM ACESULFAME-K. UNIDADES DE 80ML. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 2 ANOS A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. CAIXA C/ 12 UNIDADES.	CAIXA C/12 UNIDADES	3	R\$ 169,80	R\$ 509,40
4	AMIDO DE ARROZ - EM PÓ, TIPO MUCILON, PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO ARROZ CEREAL COM SAIS MINERAIS E 09 VITAMINAS. FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS INSENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITAS, NÃO PODENDO APRESENTAR-SE ÚMIDO, FERMENTADO, RANÇOCO, DESTINADO AO PREPARO DE MINGAU. ASPECTO: PÓ FINO, COR: BRANCA E SABOR PRÓPRIO. EMBALAGEM DE 400 G E PACOTE (CAIXA) DE 4,8 KG . CAIXA C/ 12 UNIDADES.	CAIXA C/12 UNIDADES	9	R\$ 127,20	R\$ 1.144,80
5	AMIDO DE MILHO - COM FARINHA DE ARROZ MISTURA A BASE DE AMIDO DE MILHO PARA O PREPARO DE MINGAU, TIPO CREMOGEMA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE PAPEL RESISTENTE COM 500G. COM CRESCER NUTRI (B1, B3, B6, C, FE, ZN, ÁCIDO FÓLICO) TRADICIONAL. CAIXAS COM 24 UNIDADES.	CAIXA	28	R\$ 158,00	R\$ 4.423,94



6	ARROZ PARBOLIZADO - TIPO 1, PRÉ-COZIDOS, CONSTITUIDO DE GRÃOS INTEIROS, COM TEOR UMIDADE MÁXIMA DE 15%, 100% NATURAL, 0% DE GORDURA TRANS, NÃO PRECISA LAVAR, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM PLÁSTICO ATÓXICO. FARDO COM 30 UNIDADES DE 1 KG.	FARDO	39	R\$ 119,26	R\$ 4.651,14
7	AVEIA EM FLOCOS FINOS AVEIA - INTEGRAL 100% EM FLOCOS FINOS, INSENTAS DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 15% POR PESO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA DE 500 G., CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	10	R\$ 67,44	R\$ 674,40
8	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO TIPO MARIA - COMPOSIÇÃO BÁSICA, FARINHA DE TRIGO GORDURA VEGETAL, SAL, AÇÚCAR E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM DE PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO. EMBALAGEM COM 400G, CAIXA COM 20 UNIDADES E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NTA - 48 (DECRETO 12486 20/10/1978).	CAIXA	32	R\$ 71,81	R\$ 2.297,87
9	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM-CRACKER. - COMPOSIÇÃO BÁSICA, FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, ÁGUA, SAL, E DEMAIS SUBSTÂNCIA PERMITIDAS. ACONDICIONADO EM PACOTES DE POLIPROPILENO, ATÓXICO, HERMETICAMENTE VEDADO COM NO MÍNIMO 400G, CAIXA COM 20 UNIDADES, EMBALADOS EM CAIXA DE PAPELÃO LIMPA, INTEGRAL E RESISTENTE. EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTENSAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUALIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	CAIXA	32	R\$ 66,02	R\$ 2.112,64
10	CAFÉ TORRADO E MOÍDO EM PÓ - DEVENDO CONTER ATÉ 30% DE GRÃOS CONILON, 20% PRETOS/VERDES/ARDIDOS, ISENTO DE GRÃOS PRETOS VERDES OU FERMENTADOS CRUS, SÃOS E LIMPOS, NA COR CASTANHO CLARO AMORDEADO ESCURO, SEM AMARGOR EM GRAÕES INTEIROS TORRADOS AROMA E SABOR CARACTERÍSTICO DE REGULAR A INTENSO, ISENTO DE GOSTO RIZONA, QUALIDADE GLOBAL MÍNIMO ACEITÁVEL MAIOR QUE 3,5 PONTOS NA ESCALA SENSORIAL DE 0 A 10 CONTENDO IMPUREZAS MÁXIMAS DE 1% E UMIDADE ATÉ 5% ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, FARDO COM 20 PACOTES DE 250 GRAMAS E SELO DA ABIC.	FARDO	39	R\$ 91,14	R\$ 3.554,62
11	CALDO DE CARNE - CONTENDO NO MÍNIMO 114 GR. COM 12 CUBOS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CAIXA	19	R\$ 2,85	R\$ 54,09
12	CALDO DE GALINHA - CONTENDO NO MÍNIMO 114 GR. COM 12 CUBOS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CAIXA	19	R\$ 2,85	R\$ 54,09



13	CANELA EM PÓ - FINA E HOMOGÊNEA DE 1ª QUALIDADE, INSENTA DE SUJIDADES, FORTEMENTE AROMÁTICA, DOCE E LIGEIRAMENTE AMARGA. EMBALADA ADEQUADAMENTE E DEVE APRESENTAR PRAZO DE VALIDADE DE 18 MESES APÓS A DATA DA FABRICAÇÃO.	KG	4	R\$ 66,59	R\$ 266,36
14	CANJQUINHA - MISTURA PARA O PREPARO DE CANJICA DE MILHO. EMBALAGEM DE 200G. CAIXA C/ 12 UNIDADES.	CAIXA C/12 UNIDADES	8	R\$ 45,81	R\$ 366,48
15	COCO RALADO - PRODUTO ALIMENTÍCIO DESIDRATADO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: POLPA DE COCO DESIDRATADA E PARCIALMENTE DESENGORDURADA. DEVE APRESENTAR COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO. AUSENTE DE SUJIDADES, PARASITAS. EMBALAGEM: PLÁSTICA, INTEGRAL, ATÓXICA, CONTENDO 100G DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 12 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. CAIXA C/ 24 UNIDADES.	CAIXA C/24 UNIDADES	8	R\$ 73,00	R\$ 584,01
16	COLORÍFICO EM PÓ SEM SAL - PRODUTO OBTIDO A PARTIR DA SEMENTE DO URUCUM SEM ADIÇÃO DE SAL COM CHEIRO DE SABOR PRÓPRIO, ISENTO DE SUJIDADES, COM INGREDIENTES EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 100G. E SUAS CONDIÇÕES DEVE ESTAR DE ACORDO COM DECRETO 12486 DE 20/10/1978 EMBALAGEM COM PACOTE DE 100G. PACOTE DE 1KG.	KG	39	R\$ 6,00	R\$ 233,94
17	COMINHO - CONDIMENTO DE 1 QUALIDADE EM PÓ DESTINADO AO TEMPERO DE ALIMENTO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS MOÍDO ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICO DE POLIETILENO ATÓXICO, TRANSPARENTE. VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM O DECRETO 12486 DE 20/10/1978. PACOTES COM 100, E FARDOS COM 1 KG.	KG	27	R\$ 7,72	R\$ 208,44
18	CREME DE LEITE - CREME DE LEITE UHT, SABOR SUAVE, TEOR DE MATÉRIA GORDA MÍNIMA DE 25%, CONSISTÊNCIA FIRME, EMBALAGEM CARTONADA, NÃO AMASSADA, CONTENDO 200G DE PESO LÍQUIDO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SIF/DIPOA. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. CAIXA COM 48 UNIDADES.	CAIXA	8	R\$ 138,45	R\$ 1.107,60
19	DOCE DE GOIABA - GOIABADA EM MASSA OU PASTA HOMOGÊNEA E DE CONSISTÊNCIA QUE POSSIBILITE O CORTE. ISENTO DE SUJIDADES, LARVAS E PARASITAS, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ACONDICIONADO EM POTES DE 600G, EMBALADOS EM CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO COM VALIDADE MÍNIMA DE 12	CAIXA	19	R\$ 74,27	R\$ 1.411,13



	MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. CAIXA COM 12 UNIDADES.				
20	EXTRATO DE TOMATE - CONCENTRADO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS ESCOLHIDOS, SEM PELE E SEMENTES, ISENTOS DE FERMENTAÇÃO E NÃO INDICAR PROCESSAMENTO DEFEITUOSOS. ISENTO DE SUJIDADES PARASITOS, LARVAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. APARÊNCIA: MOLE, COR VERMELHA, E CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS.	KG	166	R\$ 7,27	R\$ 1.207,37
21	FARINHA DE MANDIOCA. - TORRADA, SECA, FINA, TIPO, BRANCA, TORRADA, SECA, FINA, TIPO BRANCA ISENTA DE SUJIDADES, GRUMOS PARASITAS, LARVAS E OUTRAS SUBSTÂNCIA EXTRANHAS E DE PRIMEIRA QUALIDADE. EMBALAGEM EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, PESANDO UM QUILO E COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA CONSTANTE DO RÓTULO, FARDO COM 30 KG.	FARDO	6	R\$ 106,60	R\$ 639,60
22	FARINHA DE TRIGO - ESPECIAL PARA PANIFICAÇÃO OBTIDA DO TRIGO MOÍDO, SE COR BRANCA, COM FERMENTO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 1 KG. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A S ESPECIFICAÇÕES DA PORTARIA Nº 354/MS, DE 18 DO 7 DE 1996 O QUE SE REFERE A NORMA TÉCNICA REFERENTE A FARINHA DE TRIGO: ANVISA, MAPA E IMETRO, COM ASPECTO, COR, SABOR E TEXTURA CARACTERÍSTICAS, APARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÂS E LIMPAS, LIVRE DE SUJICIDADE, MATERIAIS TERROSOS, PARAZITAS LARVAS, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. FARDO COM 10 UNIDADES DE 1KG.	FARDO	20	R\$ 39,26	R\$ 785,14
23	FARINHA LACTEA - ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS, PRODUTO EM PÓ ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E FERRO ISENTO DE SUJIDADES SABOR ORIGINAL COM CARCTERÍSTICAS PRÓPIAS PARA O PREPARO INSTANTÂNEO DE MINGAUS, PAPAS E OUTRAS PREPARAÇÕES. EMBALAGEM COM 230G. VALIDADE DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UNID	122	R\$ 4,69	R\$ 572,42
24	FEIJÃO CARIOQUINHA OU MULATINHO - TIPO I, NOVO CONSTITUIDO DE GRÃOS INTEIROS E SADIOS COM TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURAS DE OUTRAS VARIEDADES E ESPÉCIES, EMBALAGEM DE 1 K EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICOS LIMPOS E NÃO VIOLADOS. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. EMBALADOS EM FARDOS DE 30 KG.	FARDO	19	R\$ 220,68	R\$ 4.192,92
25	FEIJÃO MACASSAR - TIPO 1, NOVO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SADIOS, COM A UMIDADE PERMITIDA EM LEI, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURAS DE OUTRAS ESPÉCIES.	FARDO	10	R\$ 171,75	R\$ 1.717,50
26	FEIJÃO PRETO - DE 1º QUALIDADE, NOVO, DE RÁPIDO COZIMENTO CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SADIOS, COM UMIDADE PERMITIDA EM LEI, ISENTO DE MATERIAL	FARDO	10	R\$ 194,30	R\$ 1.943,00



	TERROSO, SUJIDADES E MISTURAS DE OUTRAS ESPÉCIES, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PACOTES DE 01 KILO, E SECUNDÁRIO FARDO DE 30 KG.				
27	FERMENTO QUÍMICO - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FERMENTO QUÍMICO EM PÓ, PARA CONFEÇÃO DE BOLOS. ISENTO DE MOFO E QUALQUER SUBSTÂNCIA NOCIVA. EMBALAGEM: POTE PLÁSTICO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM TAMPA DE ROSCA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, CONTENDO 100G DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE 06 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. CAIXA C/ 12 UNIDADES.	CAIXA C/12 UNIDADES	5	R\$ 38,08	R\$ 190,40
28	FLOCOS DE MILHO - TIPO FLOCÃO, FARINHA DE MILHO FLOCADA, SEM GLÚTEO, SEM SAL OBTIDO DO PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, COM ASPECTO COR E SABOR PRÓPRIO ISENTA DE SUJIDADE. EMBALAGEM DE 500G COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. FARDO COM 10 KG.	FARDO	100	R\$ 28,71	R\$ 2.871,20
29	GELATINA - PREPARADO EM PÓ PARA GELATINA. SABORES: MORANGO, UVA, FRAMBOESA, LIMÃO, ABACAXI. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, MODO DE PREPARO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E CONDIÇÕES DE ARMAZENAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM DE 25G. CAIXA C/ 12 UNIDADES.	CAIXA C/12 UNIDADES	16	R\$ 14,21	R\$ 227,33
30	LEITE CONDENSADO - PRODUTO COM CONSISTÊNCIA SÓLIDA, PASTOSA A TEMPERATURA DE 20 ° CÉLCIOS, SABOR CARACTERÍSTICO, COR BRANCA E LEVEMENTE AMARELADA. CAIXA COM 27 UNIDADES DE 395 GRAMAS	CAIXA	8	R\$ 104,58	R\$ 836,65
31	LEITE DE COCO - DEVE APRESENTAR IGREDIENTES OBRIGATORIOS COMO EMULSÃO AQUOSA PROCEDENTE DO ENDOSPERMA DE COCOS MADUROS E SÃOS, AÇÚCAR, PARA O PRODUTO LEITE DE COCO ADOÇADO. REDUZIDO TEOR CALÓRICO, CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS COMO COR, SABOR E ODORES CARACTERÍSTICOS. EMBALADOS EM GARRAFAS DE VIDROS TRANSPARENTES CONTENDO 500 ML CADA GARRAFA.	UNID	81	R\$ 6,24	R\$ 505,21
32	LEITE EM PÓ DESNATADO INSTANTÂNEO DE 0 A 6 MESES - LEITE EM PÓ MODIFICADO ENRIQUECIDO COM FERRO PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES DE 0 A 6 MESES. IGREDIENTES: LEITE DE VACA DESNATADO, MALTODEXTRINA, OLEINA DE PALMA, SACAROSE, OLEO DE CANOLA, OLEO DE PALMISTE, OLEO DE SOJA, VITAMINA C, TAURINA, SULFATO FERROSO, VITAMINA E, VITAMINA PP, SULFATO DE ZINCO, PANTOTENATO DE CÁLCIO, VITAMINA A, SULFATO DE COBRE, VITAMINA B6, VITAMINA B1, VITAMINA D3, VITAMINA B2, IODETO DE POTÁSSIO, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA K1, VITAMINA B12, NÃO CONTÉM GLUTEM,.	UNID	55	R\$ 33,93	R\$ 1.866,15



	COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL EM 100 G: 55,5 G DE CARBOÍDRATO, 13G DE PROTEÍNA E 25,5G DE GORDURA. EMBALAGEM DE 400G.				
33	LEITE EM PÓ DESNATADO INSTANTÂNEO DE 6 A 12 MESES - MODIFICADO ENRIQUECIDO COM FERRO PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES DE 6 A 12 MESES. INGREDIENTES: LEITE DE VACA DESNATADO, MALTOEXTRINA, OLEINA DE PALMA, SACAROSE, OLEO DE CANOLA, OLEO DE PALMISTE, OLEO DE SOJA, VITAMINA C, TAURINA, SULFATO FERROSO, VITAMINA E, VITAMINA PP, SULFATO DE ZINCO, PANTOTENATO DE CÁLCIO, VITAMINA A, SULFATO DE COBRE, VITAMINA B6, VITAMINA B1, VITAMINA D3, VITAMINA B2, IODETO DE POTÁSSIO, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA K1, VITAMINA B12, NÃO CONTÉM GLUTEM,. COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL EM 100 G: 51,4G DE CARBOÍDRATOS, 19,7G DE PROTEÍNA E 21,5G DE GORDURA. EMBALAGEM DE 400G.	UNID	55	R\$ 33,93	R\$ 1.865,91
34	LEITE EM PÓ FÓRMULA INFANTIL - A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, SEM LEITE, SEM LACTOSE, SEM SACAROSE, DEVE POSSUIR AMINOÁCIDOS ESSENCIAIS, ALÉM DE VITAMINAS E MINERAIS, DEVE SER UTILIZADO PARA CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS, TIPO NAN SOY.	UNID	11	R\$ 49,36	R\$ 542,96
35	LEITE EM PÓ FÓRMULA INFANTIL - NÃO LÁCTEA, A BASE DE PROTEÍNA DE SOJA, INDICADA PARA CRIANÇAS COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE OU ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA, MEDIADA POR IGE, SEM OLEÍNA DE PALMA COM LCPUFAS (DHA E AA) TIPO ISOMIL.	UNID	11	R\$ 47,43	R\$ 521,68
36	LEITE EM PÓ INTEGRAL - INSTANTÂNEO LEITE EM PÓ INTEGRAL (NÃO MODIFICADO) 26 % DE GORDURA E 26 A 28% DE PROTEÍNA. PRODUTO OBTIDO POR DESIDRATAÇÃO DO LEITE DE VACA E APTO PARA ALIMENTAÇÃO HUMANA MEDIANTE PROCESSOS TECNOLÓGICAMENTE ADEQUADOS. CONSTANDO NA EMBALAGEM COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DO PRODUTO, VALIDADE E DATA DE FABRICAÇÃO. EMBALAGEM PRIMÁRIA DE MATERIAL LAMINADO DE 200 G E SECUNDÁRIA FARDO DE 10 KG.	FARDO	60	R\$ 258,68	R\$ 15.520,80
37	LEITE SEM LACTOSE - TIPO SUPRA SOY, LATA COM 300 GR, PREPARADO COM PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, SEM LACTOSE, VITAMINAS A, B2, B5, B6, B12, D, E, FÓSFORO, ZINCO, FERRO, CÁLCIO, IODO.	LATA	11	R\$ 25,19	R\$ 277,09
38	MACARRÃO DE SÊMOLA TIPO ESPAGUETE - LONGO, FINO, EMBALAGEM LONGO, FINO, EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES DE 500G, INVOLADOS SEM PRESENÇA DE INSETOS E IM, PUREZAS INRIQUECIDO COM FERRO, VITAMINADO E COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS CONTADOS DA DATA DE ENTREGA PACOTE COM 500G E FARDOS DE 10 KG.	FARDO	55	R\$ 51,03	R\$ 2.806,41
39	MACARRÃO PARAFUSO - INVOLADOS, SEM PRESENÇA DE INSETOS OU IMPUREZAS, ENRIQUECIDO COM FERRO E VITAMINADO. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,	FARDO	22	R\$ 68,37	R\$ 1.504,08



	VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. PACOTES DE 500G E FARDOS DE 10 KG.				
40	MARGARINA COM SAL. - CREMOSA, CONTENDO NO MÍNIMO 60% DE LIPÍDEOS EXPRESSO DE FORMA PRECISA NA EMBALAGEM, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. POTE COM 500ML CAIXA COM 24 UNIDADES.	CAIXA	30	R\$ 63,22	R\$ 1.896,68
41	MILHO BENEFICO PARA O PREPARO DE XERÉM - COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE UMIDADE E SUJIDADES, DE 1ª QUALIDADE, FARDO COM 10 KG EM UNIDADES DE 500 G.	FARDO	10	R\$ 36,18	R\$ 361,78
42	MILHO DE PIPOCA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES E OUTRAS MISTURAS DE ESPÉCIES, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM DE 500G.	UNID	190	R\$ 2,69	R\$ 511,10
43	MILHO PARA O PREPARO DE MUNGUZÁ - COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE UMIDADE E SUJIDADES, DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM COM 500 G.	UNID	190	R\$ 1,99	R\$ 378,10
44	MILHO VERDE EM CONSERVA – SIMPLES, GRÃOS INTEIROS, IMERSO EM LÍQUIDO DE COBERTURA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES. ACONDICIONADO EM LATA COM PESO LÍQUIDO DE 300G E PESO DRENADO DE 200G, SENDO CONSIDERADO COMO PESO LÍQUIDO O PRODUTO DRENADO.	UNID	220	R\$ 2,37	R\$ 521,09
45	OLÉO DE SOJA REFINADO - COMESTÍVEL, OBTIDO DE ESPÉCIE VEGETAL ISENTO DE RANÇO E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, ADEQUADA PARA AS CONDIÇÕES PREVISTAS DE ARMAZENAMENTO, COM VALIDADE DE 01 (UM) ANO, CONTADO A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO E DA ENTREGA, TOLERADO O ESPAÇO DE TEMPO COMPREENDIDO ENTRE A FABRICAÇÃO E A ENTREGA, QUE NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR 30 (TRINTA) DIAS, CAIXA COM 20 UNIDADES DE 900 ML. DEVE CONTER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	CAIXA	20	R\$ 91,41	R\$ 1.828,20
46	ORÉGANO - APRESENTAÇÃO NATURAL, ASPECTO FÍSICO GRANULADO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: TUBOS OU SACOS PLÁSTICOS DE 100G. VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES	KG	5	R\$ 25,60	R\$ 128,00
47	PROTEÍNA DE SOJA TEXTURIZADA. - SEM GORDURA TRANS, SABOR CARNE, SEM COLESTEROL, PRÉ-COZIDO, DESENGORDURADO. EMBALADA EM SACO PLÁSTICO ATÓXICO DE 500G. DE 1ª QUALIDADE COM COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE UMIDADE, ISENTO DE SUJIDADES E OUTROS MATERIAIS ESTRANHOS. ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO. VALIDADE DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM 400G.	UNID	136	R\$ 3,93	R\$ 533,94
48	SAL IODADO E REFINADO - COM NO MÍNIMO 95% DE CLORETO DE SÓDIO E SAIS DE IODO, CONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO	KG	60	R\$ 1,15	R\$ 68,91



	RESISTENTE E VEDADO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES, A CONTAR DA TADA DE ENTREGA E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 28 DE 28/03/2000. REGISTRO NO MINITÉRIO DA SAÚDE E CONTITUÍDO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 75.697/75-MS PACOTES DE 1 QUILO.				
49	SARDINHA EM CONSERVA - PREPARADA COM PESCADO FRESCO, LIMPO EVISERADO, COZIDO. IMERSA EM ÓLEO DE SOJA CONTENDO NATURALMENTE OMEGA 3. ACONDICIONADO EM RECIPIENTE DE FOLHAS DE FLANDES INTEGRO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO, CONTENDO APROXIMADAMENTE 125G DE PESO LÍQUIDO DRENADO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, Nº DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUATIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. COM REGISTRO NO MINITÉRIO DA AGRICULTURA SIF/DIPOA.	UNID	386	R\$ 3,27	R\$ 1.263,32
50	SUCO DE FRUTA NATURAL SABOR CAJÚ - COMPOSTO LÍQUIDO EXTRAÍDO DA FRUTA NA SUA COMPOSIÇÃO NATURAL OBTIDO DA FRUTA MADURA E SÃ, PROCESSAMENTO TECNOLÓGICO ADEQUADO SUBMETIDO TRATAMANTO QUE ASSEGURE SUA APRESENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO, FERMANTAÇÃO, CONSERVANTE, AÇÚCAR E SEM ADIÇÃO E ÁGUA, COM ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1L	CAIXA	22	R\$ 54,03	R\$ 1.188,73
51	SUCO DE FRUTA NATURAL SABOR GOIABA - COMPOSTO LÍQUIDO EXTRAÍDO DA FRUTA NA SUA COMPOSIÇÃO NATURAL OBTIDO DA FRUTA MADURA E SÃ, PROCESSAMENTO TECNOLÓGICO ADEQUADO SUBMETIDO TRATAMANTO QUE ASSEGURE SUA APRESENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO, FERMANTAÇÃO, CONSERVANTE, AÇÚCAR E SEM ADIÇÃO E ÁGUA, COM ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1L	CAIXA	22	R\$ 64,51	R\$ 1.419,29
52	VINAGRE DE ALCÓOL - PRODUTO NATURAL, FERMENTADO, ACÉTICO SIMPLES DE 1ª QUALIDADE, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ÁCIDOS ORGÂNICOS E MINERAIS EXTRANHOS, LIVRE DE SUJIDADES, MATERIAL TERROSO E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO CONTEDO NO MÍNIMO 500ML COM INVOLÁVEL, HERMETICAMENTE FECHADO E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM NTA-72 (DECRETO 12486 DE 20/10/1978) COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. CAIXA COM 12 UNIDADES DE 500ML.	CAIXA	11	R\$ 26,18	R\$ 287,98
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE I – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS					R\$ 79.398,03



LOTE II – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	VALOR UNI	VALOR TOTAL
1	IOGURTE – PRODUTO OBTIDO ATRAVÉS DE LEITE E/OU LEITE RECONSTITUÍDO PADRONIZADO EM SEU CONTEÚDO DE GORDURAS, CULTIVO DE BACTÉRIAS LACTEAS E/OU CULTIVO DE BACTÉRIAS LACTEAS ESPECÍFICA, SABOR MORANGO E SALADA DE FRUTA, EMBALAGEM CONTENDO 01 LITRO	LITRO	121	R\$ 4,67	R\$ 565,07
2	LEITE PASTEURIZADO - LEITE LONGA VIDA INTEGRAL, ESTERILIZADO, EM EMBALAGEM TETRA-PACK DE 01 LITRO, E REEMBALADOS EM CAIXA DE PAPELÃO COM 12 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVE CONTER O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, O LOCAL DE ORIGEM DO PRODUTO, PESO, DATA DE EMBALAGEM E DATA DE VENCIMENTO.	LITRO	78	R\$ 4,35	R\$ 339,30
3	POLPA DE FRUTA - CONGELADA NATURAL SABORES: ACEROLA, CAJÁ, GRAVIOLA E MARACUJÁ - SEM AÇÚCAR, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, AUSENTE DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO. REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO COM REGISTRO NO SIE OU SIFE. EMBALAGEM COM 1KG.	KG	397	R\$ 10,16	R\$ 4.034,65
4	QUEIJO MUSSARELA - SEM CAPA DE GORDURA, EMBALAGEM ORIGINAL DEVE SER A VÁCUO EM SACO PLÁSTICO, TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO, ACONDICIONADO EM CAIXAS LACRADAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO NO SIF. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	KG	77	R\$ 32,08	R\$ 2.469,97
VALRO TOTAL ESTIMADO DO LOTE II – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS					R\$ 7.408,99

LOTE III – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – HORTIFRUTIGRANGEIROS

ITEM	PRODUTO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ABACAXI - APRESENTANDO GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, PÉROLA COM COROA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM	UNID	247	R\$ 3,74	R\$ 924,27



	DESENVOLVIDO, COM POUÇA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADO EM CAIXAS DE MADEIRAS, PESANDO APROXIMADAMENTE POR UNIDADE ENTRE 1 A 1,50 KG				
2	ALFACE – DE 1ª QUALIDADE, LISA OU CRESPA, VERDE OU ROXA, NOVA, FOLHAS FIRMES, NÃO PODERÁ ESTAR MURCHA, ÍNTEGRA, TAMANHO MÉDIO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ADEQUADA.	KG	136	R\$ 7,53	R\$ 1.024,08
3	ALHO - DE PRIMEIRA QUALIDADE ALHO INDUSTRIALIZADO, TRITURADO E SEM SAL. NÃO APRESENTAR SUJIDADES, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, EMBALAGEM DE 1 KG	KG	113	R\$ 25,65	R\$ 2.898,22
4	BETERRABA – NOVA, DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, COM CASCA SÃ, SEM RUPTURAS, NÃO DEVE APRESENTAR RACHADURAS OU CORTES NA CASCA. ESTAREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA. LIVRE DE ENFERMIDADES. ISENTA DE PARTES PÚTRIDAS.	KG	152	R\$ 3,00	R\$ 456,00
5	BANANA DA TERRA - EXTRA, EM PENCAS, FRUTOS COM 60 A 70% DE MATURAÇÃO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MATURAÇÃO MEDIANA, ISENTA DE ENFERMIDADES, PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES. FORNECIMENTO POR UNIDADE.	UNID.	1657	R\$ 0,83	R\$ 1.379,45
6	BANANA PRATA – EM PENCAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS, ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM PENCAS AVULSAS, FORNECIMENTO POR UNIDADE.	UNID	4970	R\$ 0,39	R\$ 1.913,45
7	BATATA DOCE - ROXA, DE PRIMEIRA, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM SEM RACHADURAS E CORTES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIOS E TRANSPORTE, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS, ACONDICIONADA EM CAIXA DE MADEIRA.	KG	190	R\$ 3,20	R\$ 608,00
8	BATATA INGLESA - LISA, DE PRIMEIRA, SEM PONTOS DE GERMINAÇÃO, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, SEM LESÕES FÍSICAS OU MECÂNICAS, TAMANHO COM FORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER GRAÚDA, ACONDICIONADA EM SACOS.	KG	325	R\$ 4,83	R\$ 1.568,67
9	CEBOLA SECA BRANCA - TAMANHO MÉDIO, NOVA, DE 1ª QUALIDADE, COM CASCA, COMPACTA E FIRME, SÃ, SEM RUPTURAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, ISENTA DE PARTES PÚTRIDAS, LIVRE DE ENFERMIDADES.	KG	325	R\$ 3,85	R\$ 1.252,33



10	CEBOLA SECA ROXA - TAMANHO MÉDIO, NOVA, DE 1ª QUALIDADE, COM CASCA, COMPACTA E FIRME, SÃ, SEM RUPTURAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, ISENTA DE PARTES PÚTRIDAS, LIVRE DE ENFERMIDADES.	KG	400	R\$ 5,15	R\$ 2.058,00
11	CEBOLINHA VERDE - FRESCA, DE PRIMEIRA, DE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, DE QUALIDADE FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ADEQUADA.	KG	50	R\$ 3,44	R\$ 172,00
12	CENOURA VERMELHA - DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, SEM RACHADURAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS, ACONDICIONADA EM CAIXA DE MADEIRA.	KG	330	R\$ 4,03	R\$ 1.330,84
13	COUVE FOLHA - DE 1ª QUALIDADE, NOVA, FOLHAS FIRMES, NÃO PODERÁ ESTAR MURCHA, ÍNTEGRA, TAMANHO MÉDIO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ADEQUADA	KG	39	R\$ 5,17	R\$ 201,50
14	CHUCHU - DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, LIVRE DE ENFERMIDADES, MATERIAIS TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDO DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	KG	78	R\$ 2,55	R\$ 199,16
15	COENTRO VERDE -DE COLORAÇÃO UNIFORME, FRESCA, FIRME E INTACTA. ISENTA DE ENFERMIDADES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM SINAIS DE APODRECIMENTO OU MATERIAIS TERROSOS.	KG	50	R\$ 3,63	R\$ 181,50
16	GOIABA - DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E COM FORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO.	KG	190	R\$ 3,96	R\$ 751,77
17	INHAME - DE BOA QUALIDADE, FRESCO, LIVRE DE ENFERMIDADES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDO DO MANUSEIO E TRANSPORTE. DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO.	KG	190	R\$ 6,10	R\$ 1.159,00
18	JERIMUM - CABOCLO DE PRIMEIRA QUALIDADE, COR ALARANJADA, CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE ENFERMIDADES, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE.	KG	78	R\$ 2,65	R\$ 206,70
19	LARANJA PÊRA - CASCA LISA, COR AMARELA ESVERDEADA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SABOR E CHEIRO CÍTRICOS, TAMANHO GRANDE, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, BOA QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	KG	385	R\$ 2,70	R\$ 1.039,50
20	LIMÃO TAITI - PRODUTO ÍNTEGRO, SEM MANCHAS, PICADAS DE INSETOS OU SINAIS DE	KG	39	R\$ 2,84	R\$ 110,68



	APODRECIMENTOS, ESTAREM EM PONTO DE MATURAÇÃO PRÓPRIO PARA O CONSUMO.				
21	MAÇÃ NACIONAL - VERMELHA, CASCA LISA, NACIONAL, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E COM FORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO ONDULADO. CADA CAIXA CONTENDO 180 UNIDADES DE 100G.	CAIXA C/18 KG	7	R\$ 97,44	R\$ 682,08
22	MACAXEIRA - DE BOA QUALIDADE, FRESCA E LIVRE DE ENFERMIDADES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS, ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. PRODUTO BEM DESENVOLVIDO E ARMAZENADOS EM CAIXAS	KG	190	R\$ 2,61	R\$ 496,53
23	MAMÃO MEIO VERDE - ÓTIMA QUALIDADE, EM MÉDIA 80 % DE MATURAÇÃO, FRUTOS DE TAMANHO MÉDIO, COM APROXIMADAMENTE 400G, NO GRAU MÁXIMO DE EVOLUÇÃO NO TAMANHO, AROMA, SABOR E ESPÉCIE, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, FIRMES E COM BRILHO LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	50	R\$ 2,26	R\$ 113,21
24	MELANCIA - REDONDA, CASCA LISA, GRAUDA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, A GRANEL, PESANDO ENTRE (6 A 10) KG CADA UNIDADE.	KG	525	R\$ 1,40	R\$ 734,13
25	PEPINO - IN NATURA, ESPÉCIE COMUM, DE 1ª QUALIDADE, COM NO MÍNIMO 100GR DE PESO A UNIDADE. DEVEM APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DO CULTIVO BEM DEFINIDAS, ESTAREM FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDAS, BEM FORMADAS, LIMPAS, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, LIVRES DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS E ESTAREM EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	150	R\$ 3,35	R\$ 501,90
26	PIMENTÃO VERDE - DE COLORAÇÃO UNIFORME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERRFURAÇÕES E CORTES. EXTRA, GRAÚDO E VERDOSO.	KG	78	R\$ 3,92	R\$ 306,02
27	REPOLHO VERDE - NOVO, DE 1ª QUALIDADE, FOLHAS SÃS, SEM RUPTURAS, COM COLORAÇÃO UNIFORME, SEM MANCHAS, LIVRE DE ENFERMIDADES, ISENTO DE PARTES PÚTRIDAS. NÃO DEVE ESTAR DANIFICADO POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	150	R\$ 4,08	R\$ 611,25
28	TANGERINA - PRODUTO COM COLORAÇÃO E ODOR CARACTERÍSTICOS, NÃO ESTAR MACHUCADO, PERFURADO, MUITO MADURO E NEM MUITO VERDE.	KG	190	R\$ 3,44	R\$ 654,23
29	TOMATE - ASPECTO GLOBOSO, MISTA COM VERDES E MADUROS (COR VERMELHA), CLASSIFICADA COMO LEGUME, GRAÚDA, POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, BOA QUALIDADE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES,	KG	385	R\$ 3,84	R\$ 1.477,30



	PARASITAS, LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA E MECÂNICA, RACHADURAS E CORTES.				
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE III – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – HORTIFRUTIGRANGEIROS					R\$ 25.011,79

LOTE IV (Gêneros alimentícios origem animal) – Cota principal (75%)					
ITEM	PRODUTO	UND.	QUANT.	VALOR UNI	VALOR TOTAL
1	CARNE BOVINA 1ª QUALIDADE SEM OSSO - TIPO COLCHÃO MOLE, CONGELADA EM -18°C, PEÇA PESANDO ENTRE 4 E 6K, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. EMBALADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO E CONGELADA. O PRODUTO DEVERÁ SEGUIR AS ESPECIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. OBEDECENDO AOS PADRÕES DE QUALIDADE E CONDICIONAMENTO EXIGIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	KG	747	R\$ 30,47	R\$ 22.757,36
2	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª QUALIDADE - TIPO PATINHO CONGELADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA QUE PERMITA EXCELENTE ESTADO DE CONSERVAÇÃO EM PACOTES DE 500G. PRODUTO SEM OSSO, TEOR MÁXIMO DE GORDURA PERMITIDA PELA LEGISLAÇÃO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO SEM ODOR IMPROPRIO OU QUAISQUER CARACTERÍSTICA QUE INVIABILIZE O CONSUMO HUMANO. O PRODUTO DEVERÁ SEGUIR AS ESPECIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA E TER TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO LIBERADOS PELA ADAGRO. TRANSPORTE: VEÍCULO EM CARROCERIA FECHADA, ISOTERMICA E HIGIENIZADA. OS ENTREGADORES DEVERÃO ESTAR ADEQUADAMENTE UNIFORMIZADOS.	KG	413	R\$ 22,48	R\$ 9.285,62
3	CHARQUE BOVINA SALGADA. - CARNE SECA BOVINA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PONTA DE AGULHA LIMPA, SEM OSSOS, SEM PELE, POUCA GORDURA, SEM PELANCAS, PESO MÉDIO DE 5 KG CADA PEÇA, EMBALADA A VÁCUO, ISENTA DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO, QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS. INSPECIONADA PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - COM REGISTRO NO SIE OU SIFE ACOMODADA EM CAIXAS DE PAPELÃO EM PERFEITAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS PADRONIZADAS E LACRADAS. ENTREGA MENSAL. CAIXA COM 6 PACOTES DE 5KG.	CAIXA	17	R\$ 773,96	R\$ 13.157,32
4	FÍGADO BOVINO - FÍGADO BOVINO CONGELADO, SEM PELE, DEVERÁ TER COR CARACTERÍSTICA DO PRODUTO E ISENTO DE ADITIVOS OS SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO, QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS	KG	240	R\$ 12,23	R\$ 2.936,00



	CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS). DEVERÁ CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VENCIMENTO, Nº DO REGISTRO DO ÓRGÃO FISCALIZADOR, Nº DO LOTE, DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO TRÊS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DA MERCADORIA. PACOTES 01 KG.				
5	FILE DE MERLUZA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, SEM COURO OU ESCAMAS, SEM ESPINHA, FATIADOS EM BIFES DE 120G EM MÉDIA, CONGELADOS A 12 GRAUS CELSIUS, ISENTAS DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS), INSPECIONADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. ACOMODADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO EM PERFEITAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS, PADRONIZADAS E LACRADAS.	KG	300	R\$ 27,01	R\$ 8.101,50
6	FRANGO - FRANGO - CONGELADO, INTEIRO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. ACONDICIONADO EM CAIXAS LACRADAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	1163	R\$ 8,57	R\$ 9.966,91
7	LINGUIÇA TIPO CALABRESA - ACONDICIONADA EM EMBALAGEM A VÁCUO, TIPO "CRY-O-VAC", RESISTENTE, TRANSPARENTE, ATÓXICO, CONTENDO PESO LÍQUIDO 05 KG DO PRODUTO, DEVIDAMENTE ROTULADA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	PACOTE	49	R\$ 79,98	R\$ 3.919,18
8	OVOS DE GALINHA - BRANCO OU DE COR "A" CASCA LIMPA, ÍNTEGRA, SEM MANCHAS E DEFORMAÇÕES, PESANDO CERCA DE 60 GRAMAS CADA, ACOMODADA EM BANDEJAS DE PAPELÃO COM 30 UNIDADES CADA, CONDICIONADAS EM CAIXAS LACRADAS, LIMPAS, SECAS, NÃO VIOLADAS E RESISTENTES, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO	BANDEJA	75	R\$ 13,95	R\$ 1.046,38
9	SALSICHA BOVINA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, TIPO HOT DOG, COMPOSTA DE CARNE BOVINA CONGELADA, COM CONDIMENTOS TRITURADOS E COZIDOS, EMBALADA A VÁCUO, EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. ACONDICIONADA EM CAIXAS LACRADAS. PESANDO EM TORNO DE 50 G POR UNIDADE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAL, NUMERO DE	PACOTE	68	R\$ 48,10	R\$ 3.270,53



	LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 20 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM COM 5 QUILOS.				
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE IV (Gêneros alimentícios origem animal) – Cota principal (75%)					R\$ 74.440,79

LOTE V (Gêneros alimentícios origem animal) – Cota reservada (25%)					
ITEM	PRODUTO	UND.	QUANT.	VALOR UNI	VALOR TOTAL
1	CARNE BOVINA 1º QUALIDADE SEM OSSO - TIPO COLCHÃO MOLE, CONGELADA EM -18°C, PEÇA PESANDO ENTRE 4 E 6K, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. EMBALADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO E CONGELADA. O PRODUTO DEVERÁ SEGUIR AS ESPECIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. OBEDECENDO AOS PADRÕES DE QUALIDADE E CONDICIONAMENTO EXIGIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	KG	248	R\$ 30,47	R\$7.555,32
2	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª QUALIDADE - TIPO PATINHO CONGELADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA QUE PERMITA EXCELENTE ESTADO DE CONSERVAÇÃO EM PACOTES DE 500G. PRODUTO SEM OSSO, TEOR MÁXIMO DE GORDURA PERMITIDA PELA LEGISLAÇÃO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO SEM ODOR IMPROPRIO OU QUAISQUER CARACTERÍSTICA QUE INVIABILIZE O CONSUMO HUMANO. O PRODUTO DEVERÁ SEGUIR AS ESPECIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA E TER TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO LIBERADOS PELA ADAGRO. TRANSPORTE: VEÍCULO EM CARROCERIA FECHADA, ISOTERMICA E HIGIENIZADA. OS ENTREGADORES DEVERÃO ESTAR ADEQUADAMENTE UNIFORMIZADOS.	KG	137	R\$ 22,48	R\$3.080,22
3	CHARQUE BOVINA SALGADA. - CARNE SECA BOVINA DE PRIMEIRA QUALIDADE, PONTA DE AGULHA LIMPA, SEM OSSOS, SEM PELE, POUCA GORDURA, SEM PELANCAS, PESO MÉDIO DE 5 KG CADA PEÇA, EMBALADA A VÁCUO, ISENTA DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO, QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS. INSPECIONADA PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - COM REGISTRO NO SIE OU SIFE ACOMODADA EM CAIXAS DE PAPELÃO EM PERFEITAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS PADRONIZADAS E LACRADAS. ENTREGA MENSAL. CAIXA COM 6 PACOTES DE 5KG.	CAIXA	5	R\$ 773,96	R\$3.869,80



4	FIGADO BOVINO - FÍGADO BOVINO CONGELADO, SEM PELE, DEVERÁ TER COR CARACTERÍSTICA DO PRODUTO E ISENTO DE ADITIVOS OS SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO, QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS). DEVERÁ CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VENCIMENTO, Nº DO REGISTRO DO ÓRGÃO FISCALIZADOR, Nº DO LOTE, DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO TRÊS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DA MERCADORIA. PACOTES 01 KG.	KG	80	R\$ 12,23	R\$978,67
5	FILE DE MERLUZA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, SEM COURO OU ESCAMAS, SEM ESPINHA, FATIADOS EM BIFES DE 120G EM MÉDIA, CONGELADOS A 12 GRAUS CELSIUS, ISENTAS DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS), INSPECIONADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. ACOMODADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO EM PERFEITAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS, PADRONIZADAS E LACRADAS.	KG	100	R\$ 27,01	R\$2.700,50
6	FRANGO - FRANGO - CONGELADO, INTEIRO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. ACONDICIONADO EM CAIXAS LACRADAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	387	R\$ 8,57	R\$3.316,59
7	LINGUIÇA TIPO CALABRESA - ACONDICIONADA EM EMBALAGEM A VÁCUO, TIPO "CRY-O-VAC", RESISTENTE, TRANSPARENTE, ATÓXICO, CONTENDO PESO LÍQUIDO 05 KG DO PRODUTO, DEVIDAMENTE ROTULADA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	PACOTE	16	R\$ 79,98	R\$1.279,73
8	OVOS DE GALINHA - BRANCO OU DE COR "A" CASCA LIMPA, ÍNTEGRA, SEM MANCHAS E DEFORMAÇÕES, PESANDO CERCA DE 60 GRAMAS CADA, ACOMODADA EM BANDEJAS DE PAPELÃO COM 30 UNIDADES CADA, CONDICIONADAS EM CAIXAS LACRADAS, LIMPAS, SECAS, NÃO VIOLADA E SEM RESISTENTES, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO	BANDEJA	25	R\$ 13,95	R\$348,79
9	SALSICHA BOVINA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, TIPO HOT DOG, COMPOSTA DE CARNE BOVINA CONGELADA, COM CONDIMENTOS TRITURADOS E COZIDOS, EMBALADA A VÁCUO, EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO.	PACOTE	22	R\$ 48,10	R\$1.058,11



	<p>ACONDICIONADA EM CAIXAS LACRADAS. PESANDO EM TORNO DE 50 G POR UNIDADE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAL, NUMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO DO SIF. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 20 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM COM 5 QUILOS.</p>				
<p>VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE V (Gêneros alimentícios origem animal) – Cota reservada (25%)</p>					<p>R\$ 24.187,73</p>

6. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO/ FONTE DE RECURSOS

6.1. O Valor estimado máximo para o fornecimento do material é de **R\$ 210.447,33 (duzentos e dez mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e três centavos)**.

6.2. No preço ofertado do fornecimento deverão estar inclusos os custos, impostos e taxas (federais, estaduais e municipais), pessoal, material, garantias e manutenções necessários ao cumprimento do objeto.

7. COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Comprovação de desempenho de atividade da licitante, através de Atestado ou Certidão, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove ter a licitante fornecido/executado a qualquer tempo, ou estar fornecendo/executando os materiais/serviços, comprovando a boa qualidade do fornecimento/serviços entregue/prestados. **(Exigível para todos os LOTES)**

7.2. Comprovante de desempenho de atividade da empresa licitante, através de Atestado ou Certidão, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante fornecido a qualquer tempo, ou estar fornecendo satisfatoriamente o objeto da licitação, comprovando a boa qualidade do fornecimento.

7.3. Comprovante do registro perante o Departamento de Inspeção de Origem Animal – DIPOA (art. 53, Decreto Federal nº. 30.691/52).

7.3.1. A(s) licitante(s) que não esteve(rem) obrigada(s) a registro perante o DIPOA, em substituição ao registro fica(m) obrigada(s) a fazer prova de estar(em) relacionada(s) junto aquele órgão (§ 2º do art. 53, Decreto Federal nº. 30.691/52).

7.3.2. O documento exigido no subitem 7.3 deste termo poderá ser substituído pelo comprovante de registro perante a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO, conforme art. 3º da Lei Estadual nº 10.692/91 e da Portaria ADAGRO nº 058, de 26/09/2017, no caso de empresa localizada no Estado de Pernambuco. Para empresas sediadas em outro



Estado, deverá ser apresentado registro conforme legislação vigente de cada Estado.

7.4. Certificado de Inspeção Sanitária (Decreto Federal nº 15.839/92) expedido por órgão municipal, estadual ou federal da sede da licitante.

7.5. Declaração de possuir caminhões que atendam a demanda dos alimentos perecíveis, ou seja, caminhões fechados, isotérmicos, refrigerado a 4° a 6° C, congelado -18° C a -12°C, providos de termômetro adequado e de fácil leitura, em perfeito estado de conservação e higiene, para alimentos perecíveis.

7.6. A apresentação dos documentos exigidos nos subitens 7.3 e 7.5 só será exigida para a(s) licitante(s) que ofertar(em) preços para os Lote (IV e V).

8. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar o objeto deste Termo de Referência, cumprindo o prazo, os critérios de qualidade técnica, os serviços descritos no mesmo, de acordo com os custos discriminados em sua proposta;

8.2. A contratada deverá observar o período de entrega dos materiais, que o seguinte: 05 (cinco) dias a partir da assinatura do contrato na sede do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe;

8.3. Apresentar documentação que comprove estar quite com os órgãos de controle e registro previdenciário e fazendário (federal, estadual e municipal);

8.4. Apresentar documentação que comprove estar em dia com os órgãos reguladores e de fiscalização das atividades exercidas por ela;

8.5. Responsabilizar-se por todos os custos de mão de obra, encargos sociais trabalhistas e previdenciários, tributos, taxas de embarque e quaisquer outros, que incidam sobre o fornecimento do material.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Permitir, sob supervisão, que o pessoal técnico da(s) empresa(s) contratada(s) tenha acesso às informações contempladas por este processo licitatório, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações.

9.2. Efetuar o pagamento à empresa(s) contratada(s) do certame licitatório dentro dos prazos preestabelecidos neste Termo de Referência.

9.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do material, por Representante da Administração, especificamente designado por Portaria, que atestará as Notas Fiscais para fins de pagamento, comprovado o fornecimento de forma correta.

9.4. Notificar a(s) Contratada(s), por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento do material, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.



10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional conforme o disposto no instrumento contratual assinado entre as partes e de acordo com os padrões e exigências contidas neste Edital, em até 30 (trinta) dias da apresentação da fatura e/ou nota fiscal.

10.2. Os acréscimos ou supressões que porventura venham a ocorrer não excederão aos limites estabelecidos no parágrafo 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

10.3. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, nos termos do disposto no art. 65, II, "d" da Lei Federal nº. 8.666/93

11. PENALIDADES

11.01. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

11.01.01 - Pelo atraso no fornecimento do material, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do serviço não prestado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;

11.01.02 - Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;

11.01.03. Pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;

11.01.04. Pela recusa da Detentora/Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do material não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;

11.01.05. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

11.02. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

11.03. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.



11.04. A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores deste Edital.

11.05. Ficará sujeito a penalidade prevista no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços e no Contrato e nas demais cominações legais, o fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

11.05.01. Não celebrar o Contrato;

11.05.02. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em lugar de documentação legítima exigida para o certame;

11.05.03. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

11.05.04. Não mantiver a proposta;

11.05.05. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;

11.05.06. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

12. A VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência da contratação será de 06 (seis) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os proponentes sujeitar-se-ão às disposições da legislação pertinente, lei 8.666/93 e alterações posteriores, no que diz respeito à execução do serviço contratado.

Cristiane da Silva Souza

Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social



ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 001/2020 – Registro de Preços

_____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos .

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Data

(representante legal)

OBS: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **declara** que se enquadra na condição de **MICROEMPRESA – ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, constituídas na forma da **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, de 14/12/2006 a posteriores alterações. Declara ainda, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.**

Para tanto anexo o comprovante de opção pelo Simples obtido através do site: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>; do Ministério da Fazenda - Receita Federal e/ou Termo de Opção do SIMPLES, registrado ou autenticado na Junta Comercial _____ (indicar o local da sede ou domicílio da licitante, onde for o registro).

DATA/CARIMBO/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA